
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97008/2026

Processo nº 31.00260718/2026-41

- **OBJETO:** Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), com suporte de 3º nível do fabricante Mitel.
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço global
- **REGIME DE EXECUÇÃO:** empreitada por preço global
- **MODO DE DISPUTA:** aberto e fechado
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 21/05/2026 às 09h (horário de Brasília)
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.gov.br/compras e www.pbh.gov.br
- **TELEFONE PARA CONTATO:** (31)3277-1400 – (Agente de Contratação Rogério)
- **CÓDIGO UASG:** 984123

1. DO PREÂMBULO

1.1. A Diretoria Central de Compras da Subsecretaria de Administração e Logística torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos dos Decretos Municipais nºs 18.096/22 e 18.289/23, da Lei Municipal nº 10.936/16, da Lei nº 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviço manutenção preventiva e corretiva em sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), com suporte de 3º nível do fabricante Mitel, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov.br e as constantes do Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail gelic@pbh.gov.br, ou ser entregues diretamente no Protocolo Central da Secretaria Municipal de Fazenda, situado na Rua Espírito Santo, 605, Centro - Belo Horizonte / MG, CEP 30.160-919, no horário de 8 h as 17 h.

3.2.1. O documento enviado deverá conter o nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.3. O Agente de Contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento dos documentos, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4. As respostas à impugnação e ao pedido de esclarecimento serão divulgadas diretamente no “site” www.gov.br/compras, no “link” correspondente a este Edital e no “site” da PBH no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>.

3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital, anexos e legislação aplicável.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte nos termos da Lei n. 8.666/93;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte;
- d) declarados impedidos de licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Belo Horizonte;
- e) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- f) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- g) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- h) enquadrados nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;

- i) cujo objeto social seja incompatível com o objeto desta licitação;
- j) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- k) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- l) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;

4.2.2. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

5. DO CADASTRAMENTO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Informações sobre cadastro de fornecedores poderão ser obtidas no Sistema de Compras do Governo Federal no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Belo Horizonte por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o valor ou o percentual de desconto ofertado, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. O licitante que prestar declaração falsa se sujeita às sanções previstas na lei e neste edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.9.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **No campo valor unitário:** valor global da prestação do serviço;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. No(s) valor(es) proposto(s) estará(ão) incluso(s) todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. O(s) valor(es) proposto(s) ou o(s) percentual(is) de desconto(s), tanto na proposta eletrônica inicial, quanto na etapa de lances, será(ão) de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação da(s) proposta(s) implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela(s) contida(s), em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA AJUSTADA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

8.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5.1. O intervalo mínimo de diferença dos valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.7. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.8. A etapa de lances seguirá pelo modo de disputa “aberto e fechado”.

8.9. **No modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.11. Nas etapas abertas não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.13. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.16. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.16.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

8.16.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio.

8.16.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.17. Em relação a item(ns)/grupo(s)/lote(s) não exclusivos para participação de beneficiários da Lei Complementar 123/06, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria os beneficiários da Lei Complementar 123/06 participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 16.535/2016.



8.17.1. Nessas condições, as propostas dos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3. Caso o beneficiário da Lei Complementar 123/06 melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.17.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.17.7. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

8.18. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.19. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.20.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

8.20.4. Nas hipóteses de desclassificação do então arrematante, será verificada a ocorrência de nova situação de empate, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo da seguinte forma:

a) convocação para a realização de sessão pública que será previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte, na qual será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos, diretamente no sistema eletrônico;

b) a apresentação de proposta após o prazo estipulado na sessão pública implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior.



8.20.4.1. Não será aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta ajustada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital e anexos.

8.21.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

8.21.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.21.3. Quando da convocação para apresentação da proposta ajustada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência.

8.21.3.1. A proposta ajustada deverá ser anexada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras.

8.22. Juntamente com a proposta ajustada a empresa arrematante deverá apresentar:

- a) Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo II;
- b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006, bem como demais declarações dispostas no modelo constante no Anexo III deste Edital. **(somente no caso de beneficiários da Lei Complementar 123/06).**

-
- c) Declaração de Exequibilidade de proposta, conforme modelo constante no Anexo IV;
(Somente quando a proposta for inferior a 50% do valor orçado)

8.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, a legislação correlata e o subitem 4.2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, SUCAF e/ou CAGEF;
- b) Portal da transparência, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br.
- c) Certidão de licitantes inidôneos perante ao TCU, no endereço eletrônico:
https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:12572502362600:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

9.2.1. A consulta referente ao sócio majoritário será realizada na fase de habilitação.

9.3. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

9.4. Será desclassificada a proposta que:

- 9.4.1. contiver vícios insanáveis;
- 9.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e anexos, desde que insanável.

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.6. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos arts. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, bem como na legislação cabível.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.7.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.7.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos deverão comprovar a sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

10.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF.

10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação exigidos no Termo de Referência, caso não estejam contemplados, disponíveis ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF deverão ser enviados em formato digital, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo Agente de Contratação.

10.2.1. Será garantido ao licitante o prazo mínimo de 2 (duas) horas entre a convocação e o cumprimento da obrigação.

10.2.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante no chat de mensagem, durante o transcurso do prazo concedido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.2.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

10.3. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos beneficiários da LC 123/06, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06, somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

10.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.



10.9.3. Não será aplicado o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.10.1. Na hipótese da Adjudicatária ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste Edital, no item “Das Condições de Participação”.

10.12. Para fins de habilitação, os documentos que não possuírem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura da proposta.

10.12.1. Não se enquadram no subitem acima os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.

10.13. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será julgado habilitado.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, concedido na sessão pública, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.2.1. O julgamento para considerar a proposta aceita, bem como o licitante habilitado, será comunicado em sessão pública previamente agendada via chat de mensagens, até as 17h do dia anterior, e não terá início anterior às 10h do dia útil seguinte.

11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no subitem 13.1.

13.2.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

13.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

13.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

13.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.

13.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

13.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

13.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.9.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

13.10.1. A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 62 do Decreto municipal nº 18.096/2022.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

15. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

15.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

15.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

15.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

15.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.1.4. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

15.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

16.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

16.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

16.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

16.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

16.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

16.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

16.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

16.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

16.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

16.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

17.3. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.7. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado não importará de forma alguma em alteração ou novação.

17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

17.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

17.11. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

17.12. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

17.13. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

17.13.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.14. O Contratado fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.14.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757/2009 e suas alterações.

17.15. Nos termos do disposto no parágrafo único do art. 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, ficam as empresas obrigadas a apresentar ao Contratante, antes do início da execução do contrato, declaração conforme modelo constante no Anexo V.

17.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.17. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.gov.br/compras, www.pbh.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.18. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

17.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.19.1. ANEXO I - Termo de Referência

17.19.2. ANEXO II - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

17.19.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006;

17.19.4. ANEXO IV – Declaração de Exequibilidade de proposta;

17.19.5. ANEXO V – Modelo de Declaração da Lei Orgânica

17.19.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato

Belo Horizonte, 30 de abril de 2026.

Diretora Central de Compras
Fabiana Maria de Paiva

Secretário Adjunto de Administração Logística e Patrimonial
Subsecretaria de Compras e Contratos
Guilherme Fábregas Inacio

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 005/ 2026

UNIDADE REQUISITANTE: Gerência de Voz e Imagem - GEVIM

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Marcelo Martins Santos

AMPLA PARTICIPAÇÃO COM O TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LC 123/06

OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a prestação de serviços para manutenção preventiva e corretiva em sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), com suporte de 3º nível do fabricante Mitel, nos termos do Anexo I – Projeto Básico e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços objeto desta contratação serão licitados por item porque essa modalidade assegura a funcionalidade, compatibilidade, responsabilidade única, suporte técnico especializado e a eficiência da contratação, pontos que superam os benefícios de um possível parcelamento do objeto.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. Os serviços a serem contratados não foram parcelados, em razão de ser um serviço único de manutenção que deverá ser realizado pelo mesmo fornecedor.

1.5. A Contratada deverá adotar política de Logística Reversa e realizar o recolhimento e adequado descarte ou reciclagem do lixo tecnológico originário da presente contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, tais como cabos ou equipamentos substituídos., quando aplicável;

1.6. Da Contratação:

1.6.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital.

1.6.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da data de recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado **até a vigência máxima de 10 anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço continuado.

1.6.1.1.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a infraestrutura de telecomunicações do COP-BH é o núcleo integrador de órgãos vitais como SAMU (192), Guarda Civil Municipal (153), BHTrans e Defesa Civil. A natureza desses órgãos exige uma operação 24 horas por dia, 7 dias por semana. A central gerencia o recebimento de chamadas de emergência e a regulação médica de 23 municípios, atendendo mais de 3,9 milhões de habitantes. Qualquer interrupção, por mínima que seja, impede o socorro imediato, podendo resultar em óbitos ou agravamento de quadros clínicos que dependem da agilidade do SAMU. Além disso, a comunicação da Guarda Civil e demais órgãos de controle urbano depende da estabilidade deste sistema para a coordenação de incidentes em tempo real. A manutenção corretiva deve ser imediata para garantir que a taxa de disponibilidade do sistema permaneça próxima de 100%. A interrupção do contrato significaria deixar a infraestrutura vulnerável, o que é inadmissível para um serviço de emergência, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6.2. Para assinatura do contrato a Contratada deverá estar devidamente cadastrada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.

1.6.2.1. Se a Contratada não for cadastrada no SUCAF, ou se houver pendências no cadastro, a empresa deverá requerer o seu cadastro ou a sua regularização e informar o número do protocolo para a Gerência de Contratos, Logística e Infraestrutura- GCLOI no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação do Órgão.

1.6.2.1.1. O documento constando o número do protocolo deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail:logistica.seguranca@pbh.gov.br.

1.6.2.2. O procedimento e a documentação necessária para cadastro ou regularização no SUCAF estão disponíveis no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf>.

1.6.2.3. O cadastro regular deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da convocação citada no subitem 1.6.2.1, podendo ser prorrogado mediante solicitação da Adjudicatária, devidamente justificada.

1.6.2.4. Na hipótese de a Adjudicatária não apresentar o cadastro do SUCAF no prazo previsto no subitem anterior, poderá a administração restaurar a sessão pública e convocar os licitantes remanescentes, segundo a ordem classificatória, para negociação.

1.6.3. A Contratada deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva convocação.

1.6.3.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

1.6.3.2. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 1.6.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

1.6.4. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

1.6.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação e reajuste de preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a contratação da seguinte forma:

A Central de Regulação de Urgência do SAMU (CRU-SAMU) foi transferida para as instalações do Centro Integrado de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte (COP-BH) em 26 de outubro de 2022, integrando-se fisicamente às demais estruturas operacionais do Município.

Dada a criticidade dessa central para o atendimento de emergências médicas e segurança pública, é imprescindível a formalização de um contrato de manutenção preventiva e corretiva para garantir a disponibilidade e o pleno funcionamento da infraestrutura de telecomunicações utilizada pelo COP-BH, SAMU, Guarda Civil Municipal, BHTrans e demais órgãos operantes no Centro.

A central telefônica do COP-BH é responsável pelo recebimento e gerenciamento dos números de emergência tri dígitos 192 (SAMU) e 153 (Guarda Civil Municipal), assegurando a recepção segura das chamadas, a gravação de todas as comunicações externas e internas do SAMU e do gerenciamento completo dos atendimentos. Trata-se de um sistema crítico, cuja operação ininterrupta é fundamental para a resposta eficiente às emergências.

Atualmente, o SAMU Regional, regulado a partir do COP-BH, atende três Microrregiões da Macro Centro BH, abrangendo 23 municípios:

Microrregião Belo Horizonte: Belo Horizonte, Belo Vale, Caeté, Jaboticatubas, Moeda, Nova Lima, Nova União, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Taquaraçu de Minas.

Microrregião Ouro Preto: Ouro Preto, Itabirito e Mariana.

Microrregião Vespasiano: Vespasiano, Confins, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Santana do Riacho e São José da Lapa.

Essa estrutura atende a uma população superior a 3,9 milhões de habitantes, o que reforça a necessidade de garantir a continuidade operacional e a alta disponibilidade da central telefônica.

Dada a natureza essencial do serviço prestado pelo COP-BH, que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, qualquer indisponibilidade ou falha no sistema pode comprometer o atendimento a emergências e, conseqüentemente, colocar vidas em risco.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada para a manutenção desse sistema é uma medida estratégica e indispensável para assegurar a operação confiável da infraestrutura de comunicação do COP-BH.

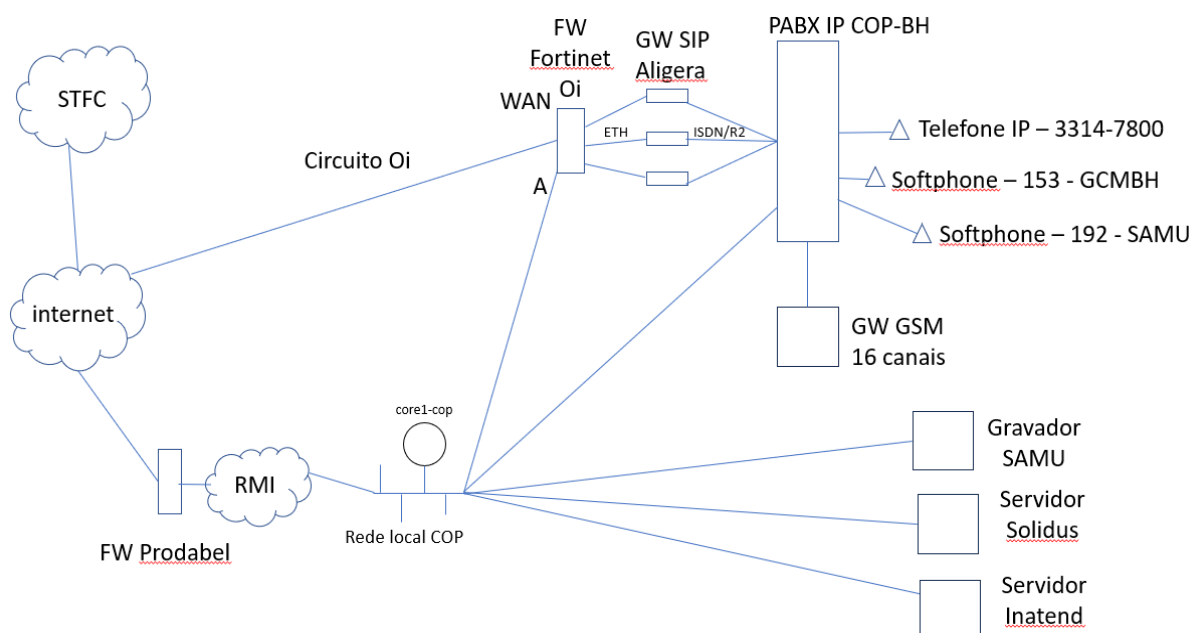
2.2. Escopo do Serviço:

Prestação de Serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva do sistema de telefonia IP do Centro de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte – COP-BH, modelo Mx - One, versão de software 7.3 com redundância de processamento e software de Contact Center MiCC Enterprise do fabricante Mitel, suporte de 3º terceiro nível do fabricante Mitel, com sistema de Call Center MiCC Enterprise, versão 9.7, com sistema de gravação do fabricante PCS conforme Anexo I.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

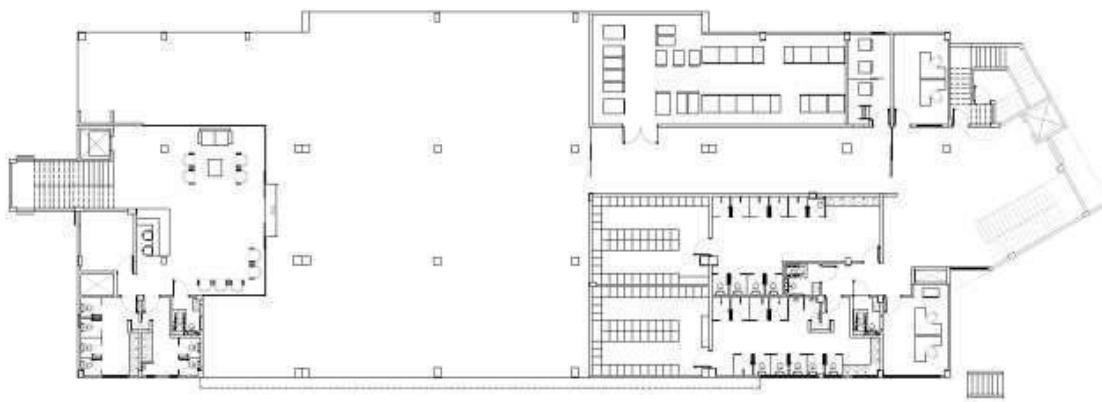
3.1. O serviço objeto do presente TR prevê a contratação de serviços de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva e corretiva em sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), com suporte de 3º nível do fabricante Mitel, conforme anexo I.

3.1.1 Visão geral do sistema de telefonia do COP-BH

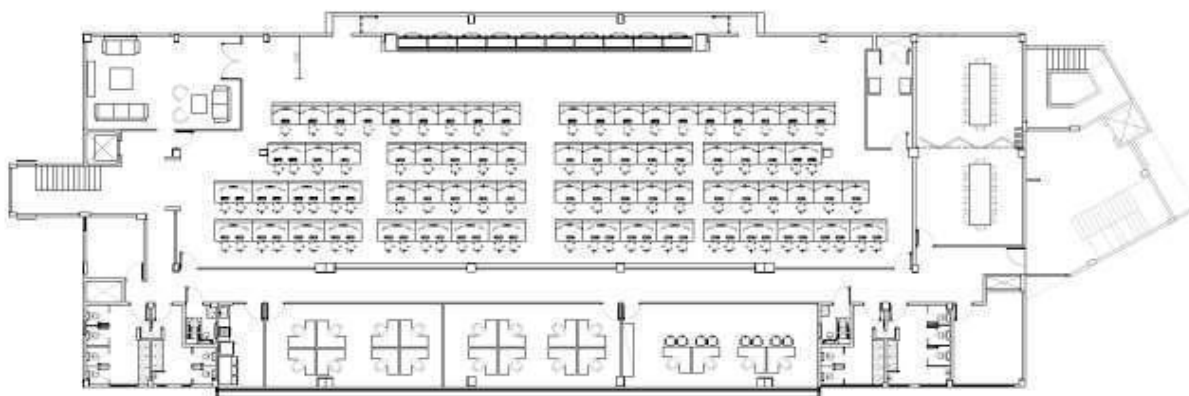


3.1.2 Layout do Centro de Operações da Prefeitura Andar Térreo:

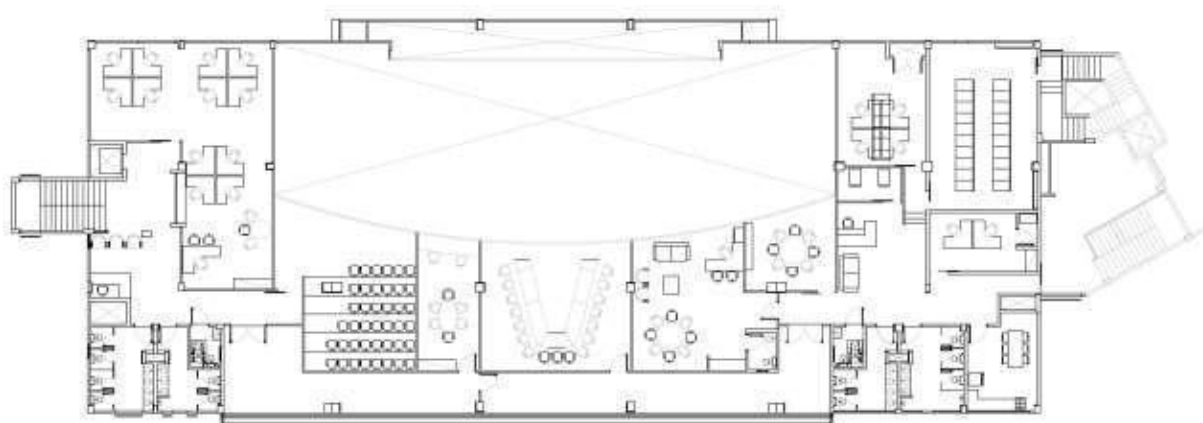
Andar Térreo:



Segundo andar:



Terceiro andar:



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da vistoria

4.1.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do serviço.

4.2. Subcontratação

4.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

4.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3. Da participação de consórcios:

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

4.4. Garantia Contratual

4.4.1. Exigir-se-á da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual contratado, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1.1. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.

4.4.1.2. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal (Banco 104) através da Conta Nº 71096-9 (Operação 006) – Agência 0093-0.

4.4.1.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro garantia, a adjudicatária terá o prazo de 1 (um) mês da data da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, para apresentar a garantia ao Contratante.

4.4.1.4. Caso seja feita opção pela modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.4.1.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil – BCB -, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.4.1.5.1. A garantia prevista acima deverá ser efetuada em banco público controlado pela União.

4.4.1.5.2. A fim de comprovar o valor econômico do título, o Contratado deverá apresentar a correspondente memória de cálculo, bem como a previsão legal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN – ou equivalente.

4.4.1.5.3. Na hipótese de vencimento do título, a garantia deverá ser substituída, facultando-se ao Contratado a escolha de uma nova modalidade dentre as previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1.6. Caso a opção seja por utilizar o título de capitalização, este deverá ser comercializado pelas sociedades de capitalização regularmente autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

4.4.1.6.1. O título poderá ser na modalidade instrumento de garantia, disciplinada pela Resolução nº 384 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP –, de 9 de junho de 2020, ou pela que vier a lhe substituir.

4.4.1.6.2. Em caso de quebra do contrato principal, o título deve possibilitar ao cessionário o resgate, a qualquer tempo, do valor total garantido em contrato enquanto durar sua vigência.

4.4.1.6.3. O título deverá conter cláusula que assegure o pagamento à administração pública em caso de inadimplência do Contratado.

4.4.1.6.4. Na ficha de cadastro deverá constar em destaque a mensagem: “Este título será utilizado exclusivamente para assegurar o cumprimento de obrigação assumida, em contrato principal, pelo titular perante terceiro”.

4.4.2. O instrumento de garantia deverá ter prazo de vigência, no mínimo, igual ao do contrato principal a que se refere, devendo acompanhar as modificações relativas à vigência deste.

4.4.2.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, o prazo de vigência tratado acima deverá ser, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias superior ao do instrumento a que se refere.



4.4.2.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia acompanhará as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso ou de nova apólice pela seguradora.

4.4.2.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

4.4.3.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.4.4. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o Contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

4.4.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.4.6. Deverão ser destacados e especificados no instrumento de garantia os valores e vigências das cláusulas referentes a riscos, no caso em que o contrato contemplar matriz de riscos.

4.4.7. A garantia oferecida poderá ser substituída por outra de modalidade diferente em virtude de mudança de seguradora ou instituição bancária, acréscimo ou redução do valor previsto no contrato, bem como no caso prorrogação;

4.4.7.1. A substituição deverá ser autorizada pelo Contratante e conterà os dados necessários da garantia a ser substituída;

4.4.7.2. No caso da substituição da garantia contratual prestada na modalidade caução, o processo de devolução deverá ser aberto a pedido do Contratado.

4.4.8. Nos casos de aditamento do contrato com alteração de valor e/ou prorrogação de vigência, o Contratado entregará ao Contratante a comprovação do recolhimento da garantia, de acordo com a modalidade escolhida, antes da assinatura do aditamento e/ou do início da prorrogação.

4.4.8.1. No aditamento do valor contratual, a garantia apresentada pelo Contratado deverá contemplar o valor original acrescido dos reforços.

4.4.8.2. Nos casos de prorrogação de vigência em que também haja aditamento no valor contratual, deve-se considerar, para fins de comprovação do recolhimento da garantia, o prazo anterior à assinatura do aditamento.

4.4.9. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.4.5.

4.4.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.4.11. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva do Contratante.

4.4.11.1. A devolução da caução em dinheiro será realizada mediante depósito em conta bancária, com correção monetária, até o mês da disponibilização, pelos índices oficiais adotados para atualização dos débitos com a Fazenda Pública Municipal.

4.4.11.2. É responsabilidade exclusiva do contratado solicitar a restituição da caução em dinheiro, respeitado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Regime de execução: empreitada por preço global.

5.2. As especificações, condições, prazos e locais para execução do objeto encontram-se no Anexo I – Projeto Básico.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto:

7.1.1. O serviço será recebido provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato mediante emissão de termo detalhado.

7.1.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços.

7.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal do contrato irá verificar o cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e na proposta, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando no termo detalhado a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.3. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação do exato cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.1.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.1.5.2. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.1.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.1.5.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1. o prazo de validade;

7.2.2.2. a data da emissão;

7.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.2.5. o valor a pagar; e

7.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.2.2.6.1. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:

- a) A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.
- b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.2.4.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

7.2.4.2. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.4.3. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa, pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

7.3.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Exigências de habilitação

8.1.1 Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de

Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

Observação: Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.2.3.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

8.2.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.



a.1. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais, assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou
- d) na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.

a.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou no exercício anterior, e que ainda estejam dentro do prazo legal para a elaboração do balanço patrimonial deverão apresentar o balanço de abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado/autenticado no órgão de registro equivalente.

a.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.4. Os Balanços Patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

a.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.2.3.3. Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.2.3.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta.

8.2.3.3.2. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos dos índices, caso estes não sejam apresentados.

8.2.4. Qualificação Técnica

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares com o item arrematado, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.2.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas, quando for o caso:

8.2.4.1.1.1. No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, de que comprove que a empresa proponente presta serviços em soluções de telefonia Mx One, versão 7x, com sistema de Contact Center MiCC Enterprise, versão 9x da Mitel, e sistema de Gravação do fabricante PCS com capacidade igual ou superior.

8.2.4.1.2. Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.1.3. Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida

identificação do emitente.

8.2.4.1.4. Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

8.2.4.1.5. O (s) atestado (s) ou documento (s) poderá (ão) ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, tipificação dos serviços executados, inclusive com verificação dos respectivos expedientes que lhe deram origem, visitas ao local, etc.

8.2.4.2. Comprovação do registro ou inscrição da LICITANTE e do (s) responsável (eis) Técnico (s) em Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

8.2.4.2.1. As certidões de registro de pessoa jurídica no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de sua autenticidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão ou quando da realização de diligências

8.2.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.2.5.1. Para efeito de validação da declaração será realizada consulta junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>) e no caso de a certidão apresentar percentual inferior do previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, a empresa poderá ser inabilitada.

8.2.6. **Não será exigida a apresentação de declarações que já tenham sido prestadas via sistema.**

8.3. Dos critérios de aceitabilidade da proposta ajustada

8.3.1. Após a convocação pelo Agente de Contratação, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo constante no Anexo III.

8.3.2. A proposta de preços ajustada deverá conter:

8.3.2.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.3.2.2. Modalidade e número da licitação;

8.3.2.3. Especificação sucinta do objeto licitado;

8.3.2.4. Valor global do serviço, discriminando o valor mensal, incluindo o valor fixo das peças de reposição não previstas no valor do serviço;

8.3.2.4.1. No valor do serviço deverão ser contemplados os valores referentes para trocas de peças e componentes rotineiros, conforme previsto no Anexo I do edital.

8.3.2.4.2. As peças cuja substituição não estiverem incluídas no valor do serviço de manutenção mensal, quando necessárias suas trocas, serão pagas à parte, tendo sido destinado para aquisição das mesmas o valor de R\$ 269.310,75.

8.3.2.4.2.1. Não há obrigação de o Município adquirir quantidade mínima delas ou mesmo de adquiri-las no contrato decorrente da licitação.

8.3.2.4.3. Os valores mensal e total devem ser apresentados em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.4.4. o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.3.2.4.4.1. Quando a divisão do valor total pela quantidade de meses resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor mensal deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada grupo obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

8.3.2.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 798.015,03 (setecentos e noventa e oito mil, quinze reais e três centavos), conforme valores apostos abaixo:

- Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de telefonia IP do COP-BH: R\$ 528.704,28 (quinhentos e vinte e oito mil, setecentos e quatro reais e vinte e oito centavos)
- Valor fixo para aquisição de peças e componentes do sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações: R\$ 269.310,75 (duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e dez reais e setenta e cinco centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Serviços de Manutenção: 2100.1100.06.122.0317.2.897.0001.339040.10.1.500.000.0000.

Aquisição de peças: 2100.1100.06.122.0317.2.897.0001.339030.37.1.500.000.0000.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

Gerência de Voz e Imagem do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte.

13. DOS ANEXOS

13.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.1.1. ANEXO I – Projeto Básico;

13.1.2. ANEXO II – Especificações técnicas mínimas para o fornecimento peças e componentes do sistema de telefonia IP do COP-BH;

13.1.3. ANEXO III – Modelo de proposta comercial;

Belo Horizonte, 29 de abril de 2026.

Marcelo Martins Santos– BM 99.018-7

Gerente de Voz e Imagem do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte

Cláudio Antônio de Lima – BM 106.984-3

Diretor do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte

De acordo,

Márcio Lobato Rodrigues

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

- 1.1 Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), com suporte de 3º nível do fabricante Mitel.
- 1.2 A Contratada deverá adotar política de Logística Reversa e realizar o recolhimento e adequado descarte ou reciclagem do lixo tecnológico originário da presente contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, tais como cabos ou equipamentos substituídos., quando aplicável;

2. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

2.1. Local e horário da prestação do serviço

- 2.1.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart 900 – Buritis – Belo Horizonte - MG
- 2.1.2. Os serviços serão prestados presencialmente no seguinte horário: de 9:00 as 17:00 horas ou remotamente através de acessos remoto.

2.2. Rotinas a serem cumpridas

2.2.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- 2.2.1.1 Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva do sistema de telefonia IP do Centro de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte – COP-BH, modelo Mx - One, versão de software 7.3 com redundância de processamento e software de Contact Center MiCC Enterprise do fabricante Mitel, suporte de 3º terceiro nível do fabricante Mitel, com sistema de gravação do fabricante PCS, na seguinte capacidade:

- ☐ 1 (um) PABX-IP;
- ☐ 2 (dois) Gateways, redundantes, com 4 (quatro) interfaces E1 cada;
- ☐ 1 (um) Gateway Analógico com 24 (vinte e quatro) portas FXO;
- ☐ 05 (cinco) Telefones IP, tipo I modelo Aastra 6731i;
- ☐ 65 (sessenta e cinco) Telefones IP, tipo II modelo Aastra 6739i;
- ☐ 06 (seis) Aparelhos IP, Tipo V, modelo GXP 1630, fabricante Grandstream;

- ☐ 01 (uma) Licenças de Software Console de Atendente (instalada);
- ☐ 01 (uma) licença de correio voz, MICAM;
- ☐ 01 (uma) licença de SNMP Advanced (MPA) Mx One 7x
- ☐ 105 (cento e cinco) Licenças de Softphone, Aastra/Blustar;
- ☐ 232 (duzentos e trinta e duas) licenças de ramal IP de terceiros;
- ☐ 120 (cento e vinte) licenças de troncos digitais CAS/R2.

2.2.1.2 Sistema de Call Center MiCC Enterprise, versão 9.7 com a seguinte capacidade:

- 28 licenças de console de atendentes de call center;
- 03 licenças de console para supervisão de atendentes;
- 02 licenças de console de Atendente Information Manager;
- 96 licenças de softphone oas;
- 01 licença de console de atendente report manager;
- 01 licença de configuration manager;
- 16 licenças de softphone em canais de mídia em ip;
- 01 software de gerenciamento do sistema operacional o call center – Windows server 2022;
- 01 software para base de dados para gerenciamento do sistema de call center – SQL server com duas call.

O sistema de Call Center Mi Contact Center Enterprise do Serviço de Atendimento Móvel do SAMU, instalado em Servidor Dell PowerEdge R540 /E (Xeon Silver 4208, 2x RAM 8GB, 4x HDD 2TB, DVD +/-RW, iDrac9).

2.2.1.3 Sistema gravação FULL do fabricante PCS Software e Serviços Ltda, na seguinte capacidade:

- 54 ramais IP simultâneos do Mx One versão operacional 7.3;
 - 04 licenças de supervisores para monitoração das gravações, através de integração CTI através de licenças de OAS com o MXONE.
- O Servidor para Gravação do Call Center com armazenamento de gravação por 5 (cinco) anos com o Windows Server para instalação das 54 licenças de OAS necessárias a integração CTI para a gravação Ativa.

O software de gravação do fabricante PCS, para o sistema - Serviço de Atendimento

Móvel do SAMU, está instalado em 1 Servidor Dell Technologies | PowerEdge R250, com composição diferenciada sendo:

1 HD 4TB para SO e Banco de Dados. 3 discos de 4TB em RAID5, totalizando 8TB em RAID para gravação. No Total serão 4TB+8TB, 3.5" Chassis with up to x4 Hot Plug Hard Drives with Backplane, PCIe Riser with Fan with 1 x16 and 1 x8 Slots, Processador Intel Xeon E-2324G 3.1GHz, 8M Cache, 4C/4T, Turbo (65W), 3200 MT/s, 16GB 3200MT/s DDR4 ECC UDIMM BCC, 4 x 4TB Hard Drive SATA 6Gbps 7.2K 512n 3.5in Hot-Plug, Configuração dos discos em RAID 5, Placa de rede On-Board Dual Port de 1GbE, Trilhos Estáticos 1U/2U para 2-Post e 4-Post Racks, ProSupport Next Business Day Onsite Service After Problem Diagnosis 3 Years

Por uma característica do SAMU, o servidor está equipado com o armazenamento de gravação por 5 (cinco) anos, bem como licenciado com Windows Server 2022.

2.3 Requisitos técnicos para o fornecimento de equipamentos novos:

Em caso de substituição dos equipamentos pertencentes ao sistema de telefonia IP do COP-BH, deverão ser atendidos os requisitos mínimos a seguir, sendo a documentação técnica com marca/modelo submetida para a aprovação por parte do gestor do contrato.

2.3.1. PABX-IP

2.3.1.1. PABX-IP baseado em servidores redundantes para processamento de chamadas, com licenciamento para, no mínimo, 220 (duzentos e vinte) ramais IP e suporte a expansão com simples expansão de hardware e licenças para até 15.000 (quinze mil) ramais.

2.3.1.2. Todos os ramais do Sistema de Telefonia serão IP, não serão utilizados ramais analógicos e digitais.

2.3.1.3. O PABX-IP deverá atender aos requisitos técnicos descritos no item 1 do ANEXO II.

2.3.1.4. Para os Sistemas de Correio de Voz e outros serviços integrantes da solução, deverão ser ofertados servidores para o seu pleno funcionamento, sendo aceita a instalação em um único equipamento (com virtualização ou não) desde que sejam fornecidas todas as licenças necessárias, garantindo o perfeito desempenho da solução.

2.3.1.5. Para o Sistema de Gravação poderá ser ofertado servidor ou equipamento específico para este fim (appliance) com características similares.

2.3.1.6. Os servidores ofertados deverão atender, no mínimo, aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.2. GATEWAY E1

2.3.2.1. Deverão ser ofertados Gateways E1 para integração do Sistema de Telefonia do COP com a Rede de Telefonia Pública Comutada (RTPC).

2.3.2.2. Os Gateways E1 deverão atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.2.3. Poderão ser ofertados equipamentos similares, específicos para a função, equipados com placas de interfaces E1, desde que sejam atendidos os requisitos técnicos descritos nos itens

do ANEXO II.

2.3.3. TELEFONE IP TIPO 1

2.3.3.1. Deverão ser ofertados telefones IP com funções básicas, classificados como Tipo 1, para uso geral no COP-BH.

2.3.3.2. Os telefones IP Tipo 1 deverão atender aos requisitos técnicos descritos no item 4 do ANEXO II.

2.3.4. TELEFONE IP TIPO 2

2.3.4.1. Deverão ser ofertados telefones IP, classificados como Tipo 2, para uso na operação no COP-BH.

2.3.4.2. Os telefones IP Tipo 2 deverão atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.5. TELEFONE IP TIPO 3

2.3.5.1. Deverão ser ofertados telefones IP com funções avançadas, classificados como Tipo 3, para uso gerencial no COP-BH.

2.3.5.2. Os telefones IP Tipo 3 deverão atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.6. TELEFONE IP TIPO 4

2.3.6.1. Deverão ser ofertados telefones IP com funções avançadas, classificados como Tipo 4, para uso gerencial no COP-BH.

2.3.6.2. Os telefones IP Tipo 4 deverão atender aos requisitos técnicos descritos ANEXO II.

2.3.7. TELEFONE IP TIPO 5

2.3.7.1. Deverão ser ofertados telefones IP com funções avançadas, classificados como Tipo 5, para uso gerencial no COP-BH.

2.3.7.2 Os telefones IP Tipo 5 deverão atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.8. HEADSET TIPO 1

2.3.8.1. Deverão ser ofertadas Headsets monoauriculares aos atendentes para uso no atendimento geral.

2.3.8.2 O Headset deverá atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.9. HEADSET TIPO 2

2.3.9.1. Deverão ser ofertadas Headsets biauriculares aos atendentes para uso no atendimento geral.

2.3.9.2. O Headset deverá atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.10. HEADSET TIPO 3

2.3.10.1. Deverão ser ofertadas Headsets monoauriculares com conexão 3,5mm aos atendentes para uso no atendimento geral.

2.3.10.2. O Headset deverá atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.11. HEADSET TIPO 4

2.3.11.1. Deverão ser ofertadas Headsets binauriculares com conexão 3,5mm aos atendentes para uso no atendimento geral.

2.3.11.2. O Headset deverá atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.12. HEADSET TIPO 5

2.3.12.1. Deverão ser ofertadas Headsets bluetooth aos atendentes para uso no atendimento gerencial.

2.3.12.2. O Headset deverá atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.13. LICENÇA DE RAMAL IP DO MX ONE

2.3.13.1. Deverão ser ofertadas licenças de ramal IP para futura expansão do sistema de telefonia IP em atendimento ao prédio do COP-BH e secretarias.

2.3.13.2. A licença de ramal IP deverá possibilitar a expansão do sistema de telefonia IP do COP-BH, aumentando a sua capacidade de usuários conforme requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.14. LICENÇA DE TRONCO DO MX ONE

2.3.14.1. Deverão ser ofertadas licenças de tronco para futura expansão do sistema de telefonia IP em atendimento ao prédio do COP-BH e secretarias.

2.3.14.2. A licença de tronco deverá possibilitar a expansão dos canais E1 do sistema de telefonia IP do COP-BH, aumentando a sua capacidade de conversações conforme requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.15. SOFTPHONE

2.3.15.1. Deverão ser ofertadas licenças de Softphone para instalação em microcomputadores das estações de trabalho dedicadas à operação e despacho.

2.3.15.2. O Softphone deverá atender aos requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.16. SOFTWARE CONSOLE DE ATENDENTE

2.3.16.1. Deverão ser ofertadas licenças de Software Console de Atendente para uso no

atendimento geral.

2.3.16.2. O Software Console de Atendente deverá atender aos requisitos técnicos descritos do ANEXO II.

2.3.17. LICENÇAS DE AGENTES CALL CENTER

2.3.17.1. Deverá ser ofertada licença Agente Call Center (**Software Cliente**) para operação e gestão dos atendimentos no sistema de telefonia IP em atendimento ao prédio do COP-BH e secretarias.

2.3.17.2. A licença de 01 canal para gravação de ramal IP via CTI, deverá ser fornecida conforme requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.18. LICENÇA DE SUPERVISOR DE CALL CENTER

2.3.18.1. Deverá ser ofertada licença para supervisor do sistema de CALL CENTER **LICENÇA DE SOFTWARE INFORMATION**, possibilitando a operação de gestão dos usuários em atendimento ao prédio do COP-BH e secretarias.

2.3.18.2. A licença para o supervisor do Call Center, deverá ser fornecida conforme requisitos técnicos descritos do ANEXO II.

2.3.19. LICENÇAS DE CANAIS DE GRAVAÇÃO

2.3.19.1. Deverá ser ofertada licença de 01 canal para gravação de ramal IP via CTI com licença de CTI inclusa, no sistema de gravação IP em atendimento ao prédio do COP-BH e secretarias.

2.3.19.2. A licença de 01 canal para gravação de ramal IP via CTI, deverá ser fornecida com as mesmas características do sistema de gravação do COP-BH conforme requisitos técnicos descritos no ANEXO II.

2.3.20. LICENÇA DE SUPERVISOR DE GRAVAÇÃO

2.3.20.1. Deverá ser ofertada licença para supervisor do sistema de gravação, possibilitando a operação de gestão dos usuários em atendimento ao prédio do COP-BH e secretarias.

2.3.20.2. A licença para o supervisor do gravador, deverá ser fornecida com as mesmas características do sistema de gravação do COP-BH conforme requisitos técnicos descritos do ANEXO II.

2.3.21. LICENÇA DE WINDOWS SERVER

2.3.21.1. Deverá ser ofertada licença de Windows® Server atual para instalação do sistema de gravação.

2.3.22. SERVIDOR PARA INSTALAÇÃO DE APLICAÇÕES

2.3.22.1. Deverá ser ofertado servidor com as características técnicas do ANEXO II.

2.3.23. SERVIDOR PARA INSTALAÇÃO DE APLICAÇÕES

2.3.23.1. Deverá ser ofertado o suporte de 3º nível (assurance premium) para acesso a solução do Mitel Performance Analytics for MiVoice MX-ONE - MPA em regime 24x7.

2.4. Critérios para a realização do suporte técnico, configuração e manutenção:

2.4.1 Entende-se por manutenção, a série de procedimentos destinados a restabelecer ou manter o ambiente operacional livre de paradas e defeitos, em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive substituições de peças ou equipamentos defeituosos, instalação ou reinstalação de equipamentos, configurações de softwares de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos garantindo a operacionalidade dos sistemas implantados.

2.4.2. Os serviços serão prestados no período de 08 (oito) horas de expediente nas dependências do COP-BH, no intervalo compreendido de 08:00h às 17:00h, de segunda-feira a sexta-feira, o que desde já fica estabelecido como sendo período normal de manutenção.

2.4.3. A CONTRATANTE poderá encaminhar solicitações de atendimento à CONTRATADA, fora do período normal de manutenção, nos horários de 17:00h às 08:00h do dia seguinte, nos sábados, domingos e feriados para ocorrências, com a criticidade **SEVERA OU ALTA**.

2.4.4. Atendimento, solução e reparo definitivo dos chamados para suporte ou manutenção técnica terão os prazos máximos estabelecidos na tabela de atendimentos de serviços (SLA).

2.4.5. Se houver necessidade de o equipamento ser retirado do local, ou o tempo de reparo for superior ao contratado, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento por outro equivalente ou superior em configuração e ou capacidade, com o devido restabelecimento do sistema.

2.4.6. A CONTRATADA manterá o equipamento substituído até a solução definitiva do problema, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, garantindo a disponibilidade dos sistemas da CONTRATANTE.

2.4.7. A CONTRATADA deverá manter em sua sede, ou em postos de atendimento, estoque de peças e equipamentos sobressalentes (percentual mínimo para o atendimento aos equipamentos instalados e com equivalência tecnológica) suficientes à sua perfeita e contínua utilização, quando demandado pela CONTRATANTE.

2.4.8. Não poderão ser utilizados materiais de reposição improvisados ou peças adaptadas em substituição às especificadas pelo fabricante.

2.4.9. Deverão ser realizadas todas as configurações necessárias para o completo funcionamento do Sistema de Telefonia, dentre elas:

Configuração de rotas, plano de numeração, ramais, usuários;

Correio de Voz e Sistema de Gravação;

Configuração dos Gateways de Acesso;

Configuração dos Telefones IP;

Instalação e Configuração das Softphones e Console de Atendente;

IMPORTANTE: Em caso de danos em materiais, equipamentos e demais, a CONTRATADA deverá realizar a reposição em especificações/configurações iguais ou superiores, desde que sejam mantidas as funcionalidades atuais do item danificado sem ônus para o CONTRATANTE.

2.5. Dos serviços de suporte técnico, configuração e manutenção:

2.5.1. Manutenção corretiva, suporte técnico e configurações do sistema ilimitadas, **sempre que solicitada pela CONTRATANTE** nas condições do item 7, obedecendo aos níveis de serviço (SLAs) definidos, e de acordo com condicionantes listados abaixo.

Criticidade das ocorrências:

SEVERA OU ALTA (nível crítico; paralisação total ou parcial do sistema de telefonia):

- Parada total do sistema;
- Chamadas mudas;
- Presença de eco, chiado ou atraso de áudio em mais de 30% das chamadas;
- Queda persistente de chamadas;
- Indisponibilidade dos gateways E1;
- Interrupção do serviço de gravação de chamadas.

ALERTA OU MÉDIA (nível de alerta; paralisação parcial ou sistema de telefonia degradado):

- Presença de eco, chiado ou atraso de áudio em 20% ou mais do número de ramais contratados;
- Queda frequente de chamadas;
- Indisponibilidade do gateway GSM.

NORMAL OU BAIXA (nível de atenção; sistema de telefonia com falhas pontuais):

- Presença de eco, chiado ou atraso de áudio em menos de 20% do número de ramais contratados;
- Indisponibilidade dos serviços de correio de voz e tarifação;
- Configurações do sistema;
- Suporte técnico ou esclarecimento de dúvidas.

2.5.2. A atualização de versão de software, firmware e service packs devem ser realizadas em um prazo máximo de até 30 (dias) após homologação e publicação pelos fabricantes, garantindo a atualização tecnológica de toda a solução;

2.5.3. Fornecimento de Relatório de Atendimento Técnico (RAT) com, no mínimo, as seguintes informações da manutenção corretiva: data/hora, descrição do problema, equipamentos relacionados, tempo gasto, e solução técnica adotada.

2.5.4. Execução dos serviços operacionais ilimitados, **sempre que solicitada pela CONTRATANTE**, em horário comercial, obedecendo aos níveis de serviço definidos no, com critérios de atendimento de criticidade, conforme lista abaixo:

- Mudança de classe de terminal;
- Mudança de número de terminal
- Criação e mudança de grupos de captura;
- Criação e mudança de grupos chamada;
- Programação de transferência automática;
- Programação chefe-secretária;
- Criação e mudança de telas de terminais;
- Criação e exclusão de senhas para ligações celular e DDD;
- Programação de terminais blustar/agente;
- Programações gerais necessárias ao funcionamento diário do COP-BH.

2.5.5. Manutenção preventiva de **periodicidade mensal** (ou quando solicitado pela CONTRATANTE), visando eliminar ou mitigar falhas no sistema de telefonia através da execução de, no mínimo, os seguintes procedimentos:

- Teste das fontes em hot swap dos elementos com dupla alimentação;
- Interrupção do servidor primário do PABX-IP de forma a verificar que o serviço é assumido automaticamente pelo servidor secundário, sem queda das chamadas em curso;
- Teste das portas sobressalentes dos gateways E1;
- Teste de encaminhamento automático ao gateway secundário em caso de falha do gateway principal para os diversos tipos de chamadas;
 - Reboot de todos os servidores de aplicação e verificação do correto restabelecimento de funcionamento;
- Recuperação de configurações salvas a partir do último backup;
- Recuperação de gravações de chamadas do período de início, meio e fim do último ciclo de gravação (trinta dias);
- Verificação da ocupação e integridade dos discos que armazenam mensagens de correios de voz e gravações de chamadas.
- Fornecimento de relatório de testes executados na manutenção preventiva com, no mínimo, as seguintes informações: data/hora, equipamentos verificados, tempo gasto e resultado do teste.

2.5.6. O plano de testes e programações para execução da manutenção preventiva será elaborado em conjunto com a CONTRATADA.

2.6. OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

2.6.1. As manutenções preventivas ocorrerão mensalmente de acordo com o planejamento realizado pela CONTRATADA. As manutenções corretivas irão ocorrer sob demanda, sempre que for realizado chamado pela CONTRATANTE, em número ilimitado de chamados mensais, nos horários apresentados no item 7, devendo a CONTRATADA prever deslocamento, ferramental e demais itens necessários (patch cord (CAT6 ou superior), cabo par trançado, porca gaiola, conector macho RJ45 (CAT6 ou superior) para o atendimento de acordo com o SLA descrito neste documento.

3. DOS SERVIÇOS COM MATERIAIS APLICADOS

3.1 Os serviços com aplicação de materiais deverão ser utilizados para reposição de materiais/peças que apresentarem problemas devido a: desgaste por uso continuado, defeito com necessidade de imediata reposição sob risco de paralisação do sistema de telefonia, danos causados por eventos da natureza e danos causados por variações elétricas dentre outros.

3.2 A CONTRATADA deverá submeter ao conhecimento do Gestor do contrato por parte da CONTRATANTE, a lista de serviços a serem realizados em virtude de um chamado, contemplando a solução do problema, seja para a substituição de um equipamento, configurações dentre outros. Caberá ao Gestor a aprovação ou a recusa do orçamento para solução do chamado, devendo a CONTRATADA revisar o orçamento em virtude das solicitações devidamente justificadas pelo Gestor por parte da CONTRATANTE.

3.3 Para a realização dos serviços descritos acima deverão compreender o fornecimento sem custos de materiais de consumo (cabos de manobra, anilhas, abraçadeiras, insumos de limpeza dentre outros similares) necessários para sua execução, excetuando-se itens como equipamentos e/ou peças e partes, que possuem itens específicos para fornecimento conforme Anexo II.

4. DO FORNECIMENTO OU SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS

4.1 A CONTRATADA, por ocasião da execução do objeto do contrato, seja nova instalação, manutenção preventiva, ou ainda, em caso de manutenção corretiva e/ou decorrente substituição de equipamento defeituoso, deverá, sempre que necessário, substituir peças e/ou equipamentos defeituosos, seja em função do desgaste natural decorrente de utilização ou de defeitos técnicos. Para isso deverão ser emitidos laudos técnicos acompanhados do equipamento defeituoso.

4.2 As substituições deverão ocorrer de imediato, podendo ser alocado **equipamento provisório** neste período até a substituição por equipamento novo e definitivo. A CONTRATADA deverá atentar para os prazos impostos no **SLA** para atendimento e substituições, quando aplicável.

4.3 Para a substituição de peças e equipamentos defeituosos, deverão ser utilizados pela CONTRATADA, peças e componentes novos com configuração constante no Anexo II deste documento. As peças e componentes deverão ser compatíveis com o sistema atualmente implantado no COP-BH, mantendo o mesmo padrão de funcionamento, devendo ser apresentadas previamente ao Gestor do Contrato por parte da CONTRATANTE, para aprovação do fornecimento.

4.4 O Anexo II apresenta as especificações técnicas mínimas para fornecimento de peças e equipamentos a serem fornecidos em contrato, **sob demanda e autorização** prévia do Gestor do Contrato. Trata-se de uma referência de peças e equipamentos com possibilidade de fornecimento, sendo analisado cada caso. A CONTRATANTE poderá adquiri-los por outros meios, cabendo à CONTRATADA a instalação dos mesmos.

4.5 As peças, acessórios e/ou equipamentos contemplados no Anexo II deste documento e que necessitem de substituição deverão ser retiradas e entregues ao Gestor de Contrato. O CONTRATANTE realizará pesquisa de mercado para verificação de conformidade do preço cobrado pela CONTRATADA, para itens não contemplados, no prazo máximo de 30 dias contados da data de apresentação do orçamento.

4.6 No caso dos preços declarados pela CONTRATANTE serem superiores aos obtidos na pesquisa de mercado, a CONTRATADA poderá readequar o orçamento ao valor obtido em pesquisa de mercado, ou declinar do fornecimento. Neste caso, o equipamento poderá ser adquirido diretamente no mercado pela CONTRATANTE, sendo apenas instalado e configurado pela CONTRATADA.

4.7 Caso haja reincidência de um mesmo problema por mais de 03 (três) vezes, em um intervalo inferior a 30 (trinta) dias, em equipamento, componente ou peça fornecida pela CONTRATADA, o equipamento, peça ou componente deverá ser obrigatoriamente substituído por um novo, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

4.8 Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao Gestor do Contrato, para que seja realizada baixa patrimonial e descarte adequado.

4.9 **IMPORTANTE:** Os equipamentos necessários para a solução de qualquer intervenção técnica serão baseados na planilha de equipamentos apresentada no Anexo II deste documento, e somente serão contratados **com o aval do Gestor do contrato** por parte da CONTRATANTE em conformidade com as regras listadas neste documento.

5. DA GESTÃO DE CHAMADOS E SERVIÇOS

5.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, por escrito e em meio digital, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura/Documento fiscal dos Serviços, o Relatório Mensal assinado pelo técnico responsável pela condução dos serviços.

5.2 Deverão constar deste Relatório Mensal o descritivo das ocorrências e das rotinas de Manutenção

Preventiva e Corretiva realizadas, informações sobre índices anormais de falhas em peças, equipamentos ou materiais, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade na operação dos sistemas.

6. DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS - SLA

6.1 Os prazos de resolução de serviços correspondem ao tempo máximo, a partir da abertura do chamado, para atendimento e resolução, conforme tabela abaixo:

Tabela de SLAs:

Grau	Nível de Serviço	Descrição	Prazo de Atendimento
1	Baixa	Suporte Técnico ou esclarecimento de dúvidas	24 horas corridas
2	Normal	Configurações do sistema ou sistema com problema localizado sem impacto à operação.	12 horas corridas
3	Média	O sistema opera com degradação de desempenho.	06 horas corridas
4	Alerta	Sistemas operam precariamente.	04 horas corridas
5	Alta	Sistemas operam com paralisação parcial.	02 horas corridas
6	Severa	Paralisação total do Sistema.	01 hora corrida

6.2 Os Níveis de Serviço definidos acima serão atribuídas as criticidades das ocorrências descritas no item 6.1. segundo critérios abaixo:

Criticidade NORMAL OU BAIXA correspondem ao **Nível de Serviço** de Grau 1 e 2

Criticidade ALERTA OU MÉDIA correspondem ao **Nível de Serviço** de Grau 3 e 4

Criticidade SEVERA OU ALTA correspondem ao **Nível de Serviço** de Grau 5 e 6

6.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar contato gerencial, e-mail e ou sistema via web (HTTP), para gestão do registro de chamados sem que ocorram despesas adicionais.

6.4 DAS MULTAS SLA

6.4.1 A não observância dos prazos de atendimento estabelecidos nos níveis de serviço será passível de penalização nos seguintes termos:

6.4.2 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme a tabela de SLA e a tabela abaixo. As multas relacionadas neste item referem-se às ocorrências que extrapolarem os prazos de atendimento (SLA) descritos.

6.4.3 Decorrido o prazo de atendimento, será cobrado o mesmo valor da multa para cada período correspondente ao prazo de atendimento da tabela de SLA, até o limite de 10%.

6.4.4 As multas referentes ao SLA serão descontadas nos valores apurados nas notas fiscais relativas ao mês de prestação de serviços não cabendo à defesa prévia.

6.4.5 As aplicações das multas do SLA não eximem a incidência das multas previstas

no Decreto Municipal n.º 18.096/2022.

Tabela 1

<i>GRAU</i>	CORRESPONDÊNCIA
1	2,00% do valor da nota fiscal do mês da ocorrência.
2	3,00% do valor da nota fiscal do mês da ocorrência.
3	4,00% do valor da nota fiscal do mês da ocorrência.
4	6,00% do valor da nota fiscal do mês da ocorrência.
5	8,00% do valor da nota fiscal do mês da ocorrência.
6	10,00% do valor da nota fiscal do mês da ocorrência.

7. DOS PRAZOS, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1 Entrega dos equipamentos de substituição:

7.1.1. Deverão ser observadas as seguintes orientações para entrega de equipamentos:

7.1.1.1 Os equipamentos a serem adquiridos através deste certame deverão ser entregues pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação de fornecimento;

7.1.1.2 Os equipamentos deverão ser entregues na Avenida Engenheiro Carlos Goulart, nº 900, Bairro Buritis, Belo Horizonte - Minas Gerais;

7.1.1.3 Deverão ser detalhados a marca, o modelo e número de série, bem como o prazo de garantia dos equipamentos, no campo observação da nota fiscal;

7.1.1.4 Os equipamentos entregues serão submetidos à vistoria técnica por parte do CONTRATANTE;

7.1.1.5 Caso não seja verificada nenhuma inconformidade na aceitação, os equipamentos entregues serão patrimoniados e armazenados pelo CONTRATANTE e disponibilizados para instalação;

7.1.1.6 Para formalizar a aceitação dos equipamentos, o CONTRATANTE emitirá TERMO DE ACEITE;

7.1.1.7 Caso seja verificada alguma inconformidade na aceitação, os equipamentos entregues serão devolvidos para a CONTRATADA, acompanhados do respectivo TERMO DE REJEIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

7.2 Instalação:

7.2.1. Os serviços de instalação e configuração dos equipamentos e softwares fornecidos deverão ser executados conforme manual do fabricante.

7.2.2. Para execução de atividades de instalação deverão ser observadas as seguintes orientações:

7.2.2.1 A CONTRATADA deverá providenciar a instalação dos equipamentos de substituição em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da **data do recebimento** do equipamento por parte do CONTRATANTE;

7.2.2.2 A CONTRATADA deverá concluir o serviço de instalação e configuração dos equipamentos em até 08 (oito) horas, a contar do início da execução dos serviços;

7.2.2.3 Os serviços de instalação poderão ser executados em horário comercial, de segunda à sexta entre 08:00 e 18:00 horas. Caso necessário, os serviços deverão ser executados em horário especial ou ainda aos fins de semana, a critério da CONTRATANTE;

7.2.2.4 A CONTRATADA deverá seguir as normas técnicas vigentes, de forma a propiciar a execução perfeita dos serviços de instalação;

7.2.2.5 Deverão ser fornecidos todos e quaisquer acessórios necessários para instalação dos equipamentos da solução, garantindo a perfeita integração e o correto funcionamento do sistema;

7.2.2.6 A CONTRATADA deverá realizar em conjunto com o CONTRATANTE as configurações de LAN necessárias ao perfeito funcionamento da solução;

7.2.2.7 Deverá ser fornecida toda a documentação de instalação e configuração do sistema, tais como: parametrização aplicada, diagramas de instalação, etc.;

7.2.2.8 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela limpeza dos locais de instalação, bem como pela recomposição de quaisquer áreas danificadas em decorrência da execução dos serviços de instalação, nos mesmos padrões originais, sem ônus para o CONTRATANTE.

7.3 Aceitação:

7.3.1. Para execução de atividades de aceitação deverão ser observadas as seguintes orientações:

7.3.1.1 Os equipamentos e sistemas da solução deverão ser entregues, instalados, interligados, configurados e totalmente operacionais;

7.3.1.2 Deverão ser realizados testes de aceitação em conjunto com equipe técnica do CONTRATANTE para verificação do correto funcionamento;

7.3.1.3 Ocorrendo a conclusão satisfatória da instalação dos equipamentos e da verificação do completo funcionamento, o CONTRATANTE emitirá o respectivo TERMO DE ACEITE;

7.3.1.4 Caso seja verificada alguma inconformidade no funcionamento do sistema, o CONTRATANTE emitirá TERMO DE REJEIÇÃO DO EQUIPAMENTO e solicitará que a CONTRATADA tome providências imediatas para sanar os problemas encontrados.

8. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

8.1. Ao final de toda a instalação de um novo equipamento (em substituição ou similar), deverão ser entregues todos os catálogos técnicos, manuais e demais documentos relativos à instalação, configuração e operação dos equipamentos integrantes da solução.

8.2. A documentação e os desenhos deverão conter informações para a identificação dos equipamentos fornecidos, de forma a permitir o perfeito entendimento **da instalação executada**, devendo ser entregue em mídia eletrônica e impressa em papel.

9. DA GARANTIA:

- 9.1. Os equipamentos do Sistema de Telefonia IP fornecidos em substituição deverão possuir garantia por um período de 24 (vinte e quatro) meses contados do termo de aceite, os serviços relativos prestados deverão possuir garantia mínima de 03 (três) meses contados a partir do aceite dos serviços prestados.
- 9.2. Em caso de falha do equipamento, deverá ser realizada sua imediata reposição por um equipamento equivalente, de igual configuração ou superior, até o término do reparo.
- 9.3. Substituição do equipamento, caso apresente o mesmo defeito por 3 (três) vezes consecutivas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, por um equipamento novo, sem uso anterior, com a mesma configuração ou superior.

10. DA FISCALIZAÇÃO:

- 10.1 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços contratados, o CONTRATANTE reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução desses serviços, não restringindo em nada a responsabilidade da CONTRATADA.

11. DO FATURAMENTO

11.1 O desembolso será mensal, obtido através da divisão do Valor Total informado em proposta por 36 meses, acrescido de eventuais despesas relacionadas a aquisição de peças e componentes do sistema de telefonia IP (quando necessário e mediante aprovação).

12. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- 12.1. A solução deverá possuir redundância dos elementos críticos garantindo alta disponibilidade do serviço de telefonia com desempenho de, no mínimo, 99% ao ano.
- 12.2. O sistema ofertado deverá ser capaz de se integrar com a Rede Pública de Telefonia (fixa e móvel) permitindo o estabelecimento de chamadas (originadas ou terminadas) com telefones dessa rede.
- 12.3. A rede LAN, sistema de energia (no-breaks) e racks não fazem parte do objeto da Especificação Técnica.
- 12.4. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem nenhum uso anterior, além de estarem no mais recente estágio tecnológico e em linha normal de fabricação.
- 12.5. Os equipamentos, materiais e serviços fornecidos deverão atender às exigências legais aplicáveis.
- 12.6. Deverão ser obedecidos todos os requisitos definidos no Edital e anexos.
- 12.7. O proponente assumirá total concordância, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços ou dificuldades técnicas inerentes à implantação e funcionamento do sistema proposto.
- 12.8. Todos os custos diretos ou indiretos envolvidos no provimento do objeto serão de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo-se o fornecimento do hardware e as



licenças de software necessárias.

12.9. São considerados parte integrante dos equipamentos ofertados, todos os itens e acessórios necessários para sua correta instalação.

12.10. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos equipamentos e softwares da solução.

13. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

13.1. Das obrigações do Contratado

13.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.1.2. Efetuar a prestação do serviço conforme fixado no Termo de Referência e em seus anexos;

13.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço;

13.1.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado;

13.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

13.1.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato;

13.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

13.1.12. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;

13.1.13. Comunicar ao Contratante a ausência de produto necessário para a execução do serviço, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado;

13.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.1.15. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.1.16. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato.

13.2. Das obrigações do Contratante

13.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço contratado, por meio da da Gerente de Voz e Imagem do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte.

13.2.2. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, do cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, durante toda a execução do contrato, em atendimento ao disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

13.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao serviço prestado;

13.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço/fornecimento.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA O FORNECIMENTO PEÇAS E COMPONENTES DO SISTEMA DE TELEFONIA IP DO COP-BH.

É facultado ao gestor do contrato, **no ato do eventual fornecimento** de equipamentos, peças ou acessórios, solicitar o catálogo técnico que comprove o atendimento aos requisitos técnicos obrigatórios, com a apresentação de:

- Catálogos, ou Manuais de Operação, ou Manuais de Instalação e outros documentos que julgar necessários à comprovação do atendimento dos requisitos técnicos definidos neste documento;
- Documentação com características da arquitetura de software/licenças e versões pertinentes;
- Detalhamento de todos os parâmetros e funcionalidades de software através de catálogo técnico ou comprovação de funções através de operação assistida.

Caberá ao gestor do contrato a fiscalização, efetuando se necessário, consultas a outras fontes, de modo a verificar o atendimento das características técnicas dos equipamentos, peças ou acessórios de reposição. Caso os equipamentos fornecidos não atendam aos requisitos técnicos, a **CONTRATADA** deverá efetuar sua imediata substituição.

1	SISTEMA DE TELEFONIA IP (PABX-IP)
1.1	Sistema de telefonia IP com arquitetura SIP com licenciamento para 220 (duzentos e vinte) ramais IP com licenças de terceiros.
1.2	Suportar a expansão, sem substituição de hardware, para até 15.000 (quinze mil) ramais
1.3	Possuir processamento redundante de chamadas através de 2 (dois) servidores idênticos, formando um único PABX lógico, onde o secundário assume a operação em caso de falha do primário sem interrupção das chamadas em curso
1.4	Possuir mecanismo seguro de backup e recuperação de configurações
1.5	Possuir sistema que permita a recarga automática dos programas e dados armazenados na memória no caso do desligamento ou “reset”
1.6	Suportar protocolo SIP em conformidade com as seguintes RFCs: RFC 1321 Algoritmo MD5 e/ou RFC 3174 Algoritmo SHA-1 RFC 2327 Protocolo de descrição de sessões SDP RFC 2617 Autenticação HTTP: autenticação de acesso básico e condensação RFC 2822 Formato de mensagem de internet RFC 2833 DTMF em carga RTP RFC 3261 Protocolo de início de sessão - SIP RFC 3262 Confiabilidade das respostas provisórias RFC 3263 Localização de servidores SIP RFC 3264 Um modelo de Oferta / Atendimento com o Protocolo de Descrição de Sessão (SDP) RFC 3265 SIP - Notificação de Evento Específico RFC 3323 Método de privacidade para SIP RFC 3324 Requisitos de curto prazo para identidade declarada da rede RFC 3325 Ramais privados para SIP para identidade declarada com redes confiáveis RFC 3515 Transferência (método SIP REFER) RFC 3891/2 Referência SIP – por mecanismo RFC 3966 URI telefônico para números de telefone
1.7	Suportar a programação de regras de roteamento de chamadas, ou seja, deve atuar como um SIPServer / SIPProxy



1.8	Suportar a programação de troncos (unidirecionais e bidirecionais)
1.9	Possuir plano de numeração de ramais flexível com mínimo de 3 (três) dígitos e máximo de 8 (oito) dígitos
1.10	Suportar a tradução de números de entrada e realizar conversão dos mesmos quando numeração DDR não for compatível com plano de numeração interno, direcionando-o para determinado ramal pré-definido
1.11	Suportar tratamento de números de saída, incluindo e/ou retirando dígitos antes de envio para os gateways
1.12	Possuir recurso para seleção automática da rota de menor custo, a partir de tabelas de rotas e custos definidas pelo administrador do sistema
1.13	Suportar a geração e gerenciamento de bilhetes da chamada permitindo a exportação em formato compatível com o sistema de tarifação ofertado
1.14	Suportar, no mínimo, 6 (seis) conferências de voz simultâneas com até 10 (dez) participantes (internos e/ou externos)
1.15	Suportar a criação de grupos de busca de até 20 (vinte) ramais com diferentes métodos de distribuição de chamadas, tais como: sequencial, simultâneo e aleatório
1.16	Suportar a configuração, gerenciamento e monitoramento centralizado através de interface Web (HTTP e HTTPS)
1.17	Suportar a inclusão, alteração, exclusão e pesquisa de ramais/usuários do sistema



1.18	Suportar a configuração de classes de serviço com as permissões referentes aos tipos de chamadas que podem ser originadas e recebidas pelos usuários com, no mínimo, as seguintes classes: interna, local, celular, nacional e internacional
1.19	Suportar a configuração das facilidades permitidas para os ramais
1.20	Suportar a atribuição de configuração a grupos de ramais
1.21	Suportar a diferenciação de toques para chamadas internas e externas
1.22	Suportar autenticação de usuário e senha fornecidos através dos terminais SIP
1.23	Suportar autorização por tipos de chamadas para os usuários do sistema a conformes classes de serviço definidas no sistema
1.24	Suportar o atendimento de até 2 (duas) ligações simultâneas com uma chamada ativa e outra em espera
1.25	Suporte a música de espera ("music on hold") carregada no servidor em formato de arquivo de mídia
1.26	Suportar a funcionalidade de captura de chamadas (do grupo e ramais específicos)
1.27	Suportar gerenciamento através de SNMP
1.28	Suportar protocolo LDAP
1.29	Suportar, no mínimo, os seguintes protocolos de áudio: G.711, G.729 e G.722
1.30	Suportar comunicações em IP nativo de forma direta ou "peer-to-peer", sendo a voz comutada através da rede IP e trocada diretamente entre os clientes
1.31	Suportar QoS (Qualidade de Serviço) através de DiffServ, IEEE 802.1p e IEEE 802.1Q, no mínimo, para que o tráfego de dados e de voz utilize VLANs distintas
1.32	Suportar criptografia de voz e sinalização através dos protocolos AES 128 bits, SRTP e IPSec (ou TLS)
1.33	Possuir compatibilidade com APIs padrões de Internet para CTI, controle de chamadas e funções de gerenciamento
1.34	Suportar a funcionalidade chefe-secretária
1.35	Suportar as funcionalidades requisitadas nos terminais IP
1.36	SISTEMA DE CORREIO DE VOZ
1.36.1	Sistema de correio de voz integrado para todos os ramais licenciados da solução
1.36.2	Suportar, no mínimo, 30 (trinta) mensagens de voz com duração de 1 (um) minuto por ramal
1.36.3	Suportar, no mínimo, 8 (oito) gravações simultâneas



1.36.4	Suportar indicação de nova mensagem (MWI) para nos telefones IP e visualização softphones ofertados
1.36.5	Suportar a personalização de mensagens de saudação, com no mínimo 3 tipos e saudações: padrão, pessoal e ausência
1.35.6	Suportar a configuração de senha individual para acesso ao correio de voz
1.36.7	Suportar o envio automático de mensagens de voz no formato WAV, através de SMTP, para os usuários do sistema
1.36.8	Suportar a ativação ou bloqueio do serviço para cada ramal individualmente
1.36.9	Suportar gerenciamento através de interface web
1.37	SISTEMA DE GRAVAÇÃO
1.37.1	Sistema de gravação para todas as chamadas (entrada e saída) de 54 ramais licenciados da solução
1.37.2	Suportar gravação ativa, não sendo aceitas soluções baseadas em espelhamento de portas de switches de rede através de integração CTI com o MXONE V7. O proponente deverá apresentar documento do fabricante do gravador que comprove que ele tem a homologação do seu gravador junto com o fabricante do MXONE para esta gravação ativa com integração CTI necessária ao projeto
1.37.3	Suportar a gravação de conferências telefônicas
1.37.4	Suportar a criptografia de chamadas
1.37.5	Suportar armazenamento das gravações por, no mínimo, 1826 dias
1.37.6	Suportar gerenciamento através de interface Web
1.37.7	Possuir controle de acesso através de usuário e senha
1.37.8	Suportar consulta das gravações por, no mínimo, os seguintes filtros: período (data inicial e final), número de origem, número de destino e duração
1.37.9	Suportar a exportação das gravações para, no mínimo, formato WAV
1.37.10	Possuir alarmes de falhas na gravação
1.37.11	Suportar notificação de falhas ou disco cheio através de e-mail
1.37.12	Possuir módulo de backup com suporte a gravação em modo manual ou programado
1.37.13	Se fornecido com servidor ou equipamento específico para este fim (<i>appliance</i>), equipado com gravador de mídia (DVD/CD-RW) para backup externo e exportação de gravações

2	GATEWAY E1
2.1	Gateway modular e escalável com, no mínimo, 4 (quatro) interfaces E1
2.2	Possuir interoperabilidade com múltiplos fabricantes de gateways, softswitches, proxy servers, telefones SIP, SBCs e firewalls
2.3	Suportar conexão com equipamentos da operadora de telefonia fixa através de conectores RJ-45 ou RJ-48



2.4	Ser equipado com baluns para compatibilizar a impedância das conexões, caso necessário
2.5	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de rede RJ45 10/100 Mbps redundantes
2.6	Suportar, no mínimo, os seguintes padrões de áudio: G.711 e G.729a/b e G.722
2.7	Suportar escolha independente de codec de áudio por canal de comunicação
2.8	Possuir cancelamento de eco acústico conforme recomendações G.165 e G.168
2.9	Possuir Jitter Buffer Adaptativo e Voice Activity Detection (VAD)
2.10	Suportar QoS (Qualidade de Serviço) através de DiffServ, IEEE 802.1p e IEEE 802.1Q
2.11	Suportar detecção e geração de tons DTMF para a Rede de Telefonia Pública Comutada (RTPC), conforme RFC 2833
2.12	Suportar o protocolo T.38 para envio e recebimento de fax
2.13	Suportar, no mínimo, os seguintes protocolos da RTPC: E1-CAS (R2 MFC) específico para o sistema brasileiro de telefonia, E1-ISDN (ETSI/EURO ISDN) e QSIG
2.14	Possuir funcionalidade de identificação do chamador (Caller ID)
2.15	Suportar a utilização integral da capacidade da porta E1, com 30 chamadas simultâneas, de entrada ou saída, sem degradação da qualidade das chamadas
2.16	Possuir total compatibilidade com o sistema telefônico brasileiro no que tange à impedância e à identificação de chamadas
2.17	Suportar encaminhamento de chamadas para telefones celulares que possuam 9 dígitos, tanto locais quanto interurbanas
2.18	Suportar a visualização do estado do tronco e do hardware, possibilitando ainda monitorar ocupação dos canais do tronco digital
2.19	Suportar a visualização do estado da porta ethernet
2.20	Suportar gerenciamento através de SNMP
2.21	Possuir registro local para eventos do sistema e alteração da configuração, ou opção de envio por SNMP
2.22	Possuir ferramenta para verificação de conectividade IP, tais como: PING e TRACEROUTE
2.23	Possuir estatísticas completas de chamadas, incluindo origem, destino, data, hora, duração, codec utilizado e sucesso/falha de chamadas.
2.24	Possuir roteamento estático
2.25	Possuir recurso de SNTP client
2.26	Suportar o protocolo SIP conforme RFC 3261, SIP-TLS, RTP e SRTP
2.27	Possuir interface Web para configuração e gerenciamento
2.28	Suportar autenticação através de usuário e senha
2.29	Suportar backup e restauração de configuração



2.30	Possuir altura máxima de 4U e padrão 19” para instalação em rack
2.31	Suportar alimentação na faixa de 100 a 240 VCA / 60 Hz
2.32	Ser fornecido cabo de alimentação de energia elétrica com plugue no novo padrão brasileiro (norma ABNT NBR 14136)
2.33	Suportar operação com temperatura entre 5 e 40°C
2.34	Possuir certificação ANATEL (Agencia Nacional de Telecomunicações)

3.	TELEFONE IP TIPO 1
3.1	<p>Suportar o protocolo SIP de acordo com a RFC 3261 com gravação de modo passivo com CTI.</p> <p>Suportar pelo menos 2 linhas SIP, com pelo menos 2 delas tecla de acesso e LED</p> <p>Possuir display LCD monocromático com pelo menos 3,4 polegadas, retroiluminado</p> <p>Possuir display gráfico LCD com resolução mínima de 128 x 48 pixels</p> <p>Possuir teclas de navegação esquerda/direita/para cima/para baixo e tecla de confirmação</p> <p>Possuir monofone e alto-falante Wideband</p> <p>Deverá possuir switch integrado com pelo menos 2 portas ethernet 10/100/1000 Mbps</p> <p>Suportar os seguintes CODECs: G.711 µ-law / A-law, G.729, G.722, AMR, AMR WB (G.722.2), G.726, iLBC, BV16, BV32, L16</p> <p>Suportar cancelamento de Eco</p> <p>Gerar tom de conforto “Confort Noise Generation” (CNG)</p> <p>Suportar a função “hands free” full duplex, permitindo o tratamento das chamadas com o monofone no gancho.</p> <p>Suportar pelo menos o idioma Português do Brasil.</p> <p>Suportar configuração manual ou dinâmica via DHCP client com múltiplas opções</p> <p>Suportar os protocolos 802.1 p/q</p> <p>Suportar QoS com ToS e DiffServ</p> <p>Suportar os protocolos NAT, STUN e TURN.</p> <p>Suportar o gerenciamento e configuração através dos protocolos TFTP, FTP, HTTP e HTTPS</p> <p>Permitir a configuração de DNS primário e secundário</p> <p>Permitir um registro secundário em um proxy/server de backup</p> <p>Suportar redundância de registro através de DNS-SRV</p> <p>Suportar o padrão PoE - 802.3af de alimentação e fonte externa</p> <p>Suportar autenticação através do protocolo 801.1x</p> <p>Suportar autenticação de usuário do tipo “Digest”</p> <p>Suportar o protocolo LLDP-MED</p>



	<p>Suportar criptografia da sinalização através do protocolo TLS/AES</p> <p>Suportar criptografia de áudio através do protocolo SRTP</p> <p>Suportar o desenvolvimento de aplicações em XML</p> <p>Suportar a função SNTP cliente (Simple Network Time Protocol)</p> <p>Suportar Syslog</p> <p>O aparelho deverá ser homologado pela ANATEL</p>
4	FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA
4.1	<p>Ser fornecida fonte de alimentação externa do próprio fabricante ou homologada por ele;</p> <p>Suportar alimentação na faixa de 100 a 240 VCA / 60 Hz;</p> <p>Ser fornecida com cabo de alimentação de energia elétrica com plugue no novo padrão brasileiro (norma ABNT NBR 14136).</p>
5.	TELEFONE IP TIPO 2
5.1	<p>Suportar o protocolo SIP de acordo com a RFC 3261 <u>com gravação de modo passivo com CTL.</u></p> <p>Suportar pelo menos 9 linhas SIP, com pelo menos 2 delas tecla de acesso e LED</p> <p>Possuir display LCD colorido com pelo menos 3,5 polegadas, retroiluminado</p> <p>Possuir display gráfico LCD com resolução mínima de 320x240 pixels</p> <p>Possuir teclas de navegação esquerda/direita/para cima/para baixo e tecla de confirmação (OK)</p> <p>Possuir pelo menos 6 teclas de função programáveis com LEDs, permitindo navegar por até 3 páginas para associar outras funções a estas teclas, totalizando 20 funções</p> <p>Possuir 4 teclas programáveis sensíveis a contexto, permitindo navegar por até 3 páginas para associar outras funções a estas teclas, totalizando 18 funções</p> <p>Possuir porta USB 2.0, com suporte a utilização de fone de cabeça USB</p> <p>Possuir teclas específicas para colocação da chamada em “Mute”, “Hold” e “Viva Voz”</p> <p>Possuir monofone e alto-falante Wideband</p> <p>Possuir entrada exclusiva para headset externo</p> <p>Deverá possuir switch integrado com pelo menos 2 portas ethernet 10/100/1000 Mbps</p> <p>Suportar os seguintes CODECs: G.711 μ-law / A-law, G.729, G.722, AMR, AMR-WB (G.722.2), G.726, iLBC, BV16, BV32, L16</p> <p>Suportar cancelamento de Eco</p> <p>Gerar tom de conforto “Confort Noise Generation” (CNG)</p> <p>Permitir a criação de lista de contatos interna com pelo menos 200 contatos</p> <p>Permitir o acesso a diretório corporativo através de protocolo LDAP para busca de números telefônicos e discagem a partir do próprio aparelho</p> <p>Manter um registro com o histórico das chamadas recebidas e atendidas, não atendidas e chamadas realizadas com capacidade para pelo menos 200 registros</p> <p>Suportar a função “hands free” full duplex, permitindo o tratamento das chamadas com o monofone no gancho.</p>



	<p>Suportar toques de campanha diferenciados</p> <p>Suportar a conexão de teclado externo do tipo QWERTY</p> <p>Suportar a adição de pelo menos 3 módulos adicionais de teclas sem a necessidade de incluir fonte de alimentação externa</p> <p>Dispor de LED para indicação de mensagem em espera (MWI -Message Waiting Indication)</p> <p>Suportar a função de discagem rápida (speed dial)</p> <p>Suportar pelo menos os idiomas Português do Brasil, Inglês e Espanhol.</p> <p>Suportar configuração manual ou dinâmica via DHCP client com múltiplas opções</p> <p>Suportar os protocolos 802.1 p/q</p> <p>Suportar QoS com ToS e DiffServ</p> <p>Gerar registros a cada chamada com indicadores de métricas de qualidade de serviço, incluindo: “packet loss”, “jitter”, “delay” e MOS.</p> <p>Suportar os protocolos NAT, STUN e TURN.</p> <p>Suportar o gerenciamento e configuração através dos protocolos TFTP, FTP, HTTP e HTTPS</p> <p>Permitir a configuração de DNS primário e secundário</p> <p>Permitir um registro secundário em um proxy/server de backup</p> <p>Suportar redundância de registro através de DNS-SRV</p> <p>Suportar o padrão PoE - 802.3af de alimentação e fonte externa</p> <p>Consumo PoE de Classe 2</p> <p>Suportar autenticação através do protocolo 801.1x</p> <p>Suportar autenticação de usuário do tipo “Digest”</p> <p>Suportar o protocolo LLDP-MED</p> <p>Suportar criptografia da sinalização através do protocolo TLS/AES</p> <p>Suportar criptografia de áudio através do protocolo SRTP</p> <p>Suportar o desenvolvimento de aplicações em XML</p> <p>Deverão ser fornecidos aplicativos para os telefones com as seguintes funções: consulta a dados da Internet (cotação de moedas, portais de notícias etc), acesso a catálogos telefônicos externos, controle do telefone a partir do PC (discar, atender chamadas, desligar, log de chamadas), acesso a arquivos sonoros a partir do telefone (mensagens de voz, músicas etc).</p> <p>Permitir associar fotos aos números chamadores, para serem exibidas na tela do telefone quando chegar chamadas destes chamadores, ou na lista de chamadas</p> <p>Suportar gravação ativa através da duplicação dos fluxos RTP</p> <p>Suportar a função SNTP cliente (Simple Network Time Protocol)</p> <p>Suportar Syslog</p>
--	--



	<p>Permitir montagem em parede</p> <p>Permitir o posicionamento do aparelho em pelo menos 2 ângulos diferentes de inclinação (35 o e 60o).</p>
5.2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA
5.2.1	<p>Ser fornecida fonte de alimentação externa do próprio fabricante ou homologada por ele;</p> <p>Suportar alimentação na faixa de 100 a 240 VCA / 60 Hz;</p> <p>Ser fornecida com cabo de alimentação de energia elétrica com plugue no novo padrão brasileiro (norma ABNT NBR 14136).</p>
6.	TELEFONE IP TIPO 3
6.1	<p>Suportar o protocolo SIP de acordo com a RFC 3261 <u>com gravação de modo passivo com CTL.</u></p> <p>Suportar pelo menos 12 linhas SIP, com pelo menos 2 delas tecla de acesso e LED</p> <p>Possuir display LCD colorido com pelo menos 4,3 polegadas, retroiluminado</p> <p>Possuir display gráfico LCD com resolução mínima de 480 x 270 pixels</p> <p>Possuir teclas de navegação esquerda/direita/para cima/para baixo e tecla de confirmação (OK)</p> <p>Possuir pelo menos 12 teclas de função programáveis com LEDs, permitindo navegar por até 3 páginas para associar outras funções a estas teclas, totalizando 40 funções</p> <p>Possuir 5 teclas programáveis sensíveis a contexto, permitindo navegar por até 3 páginas para associar outras funções a estas teclas, totalizando 24 funções</p> <p>Possuir porta USB 2.0, com suporte a utilização de fone de cabeça USB</p> <p>Possuir teclas específicas para colocação da chamada em “Mute”, “Hold” e “Viva Voz”</p> <p>Possuir monofone e alto-falante Wideband</p> <p>Possuir entrada exclusiva para headset externo</p> <p>Deverá possuir switch integrado com pelo menos 2 portas ethernet 10/100/1000 Mbps</p> <p>Suportar os seguintes CODECs: G.711 μ-law / A-law, G.729, G.722, AMR, AMR-WB (G.722.2), G.726, iLBC, BV16, BV32, L16</p> <p>Suportar cancelamento de Eco</p> <p>Gerar tom de conforto “Confort Noise Generation” (CNG)</p> <p>Permitir a criação de lista de contatos interna com pelo menos 200 contatos</p> <p>Permitir o acesso a diretório corporativo através de protocolo LDAP para busca de números telefônicos e discagem a partir do próprio aparelho</p> <p>Manter um registro com o histórico das chamadas recebidas e atendidas, não atendidas e chamadas realizadas com capacidade para pelo menos 200 registros</p> <p>Suportar a função “hands free” full duplex, permitindo o tratamento das chamadas com o monofone no gancho.</p>



	<p>Suportar toques de campanha diferenciados</p> <p>Suportar a conexão de teclado externo do tipo QWERTY</p> <p>Suportar a adição de pelo menos 3 módulos adicionais de teclas sem a necessidade de incluir fonte de alimentação externa</p> <p>Dispor de LED para indicação de mensagem em espera (MWI -Message Waiting Indication)</p> <p>Suportar a função de discagem rápida (speed dial)</p> <p>Suportar pelo menos os idiomas Português do Brasil, Inglês e Espanhol.</p> <p>Suportar configuração manual ou dinâmica via DHCP client com múltiplas opções</p> <p>Suportar os protocolos 802.1 p/q</p> <p>Suportar QoS com ToS e DiffServ</p> <p>Gerar registros a cada chamada com indicadores de métricas de qualidade de serviço, incluindo: “packet loss”, “jitter”, “delay” e MOS.</p> <p>Suportar os protocolos NAT, STUN e TURN.</p> <p>Suportar o gerenciamento e configuração através dos protocolos TFTP, FTP, HTTP e HTTPS</p> <p>Permitir a configuração de DNS primário e secundário</p> <p>Permitir um registro secundário em um proxy/server de backup</p> <p>Suportar redundância de registro através de DNS-SRV</p> <p>Suportar o padrão PoE - 802.3af de alimentação e fonte externa</p> <p>Consumo PoE de Classe 3</p> <p>Suportar autenticação através do protocolo 801.1x</p> <p>Suportar autenticação de usuário do tipo “Digest”</p> <p>Suportar o protocolo LLDP-MED</p> <p>Suportar criptografia da sinalização através do protocolo TLS/AES</p> <p>Suportar criptografia de áudio através do protocolo SRTP</p> <p>Suportar o desenvolvimento de aplicações em XML</p> <p>Deverão ser fornecidos aplicativos para os telefones com as seguintes funções: consulta a dados da Internet (cotação de moedas, portais de notícias etc), acesso a catálogos telefônicos externos, controle do telefone a partir do PC (discar, atender chamadas, desligar, log de chamadas), acesso a arquivos sonoros a partir do telefone (mensagens de voz, músicas etc).</p> <p>Permitir associar fotos aos números chamadores, para serem exibidas na tela do telefone quando chegar chamadas destes chamadores, ou na lista de chamadas</p> <p>Suportar gravação ativa através da duplicação dos fluxos RTP</p> <p>Suportar a função SNTP cliente (Simple Network Time Protocol)</p> <p>Suportar Syslog</p>
--	--



	<p>Permitir montagem em parede</p> <p>Permitir o posicionamento do aparelho em pelo menos 2 ângulos diferentes de inclinação (35 o e 60o).</p>
6.2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA
6.2.1	<p>Ser fornecida fonte de alimentação externa do próprio fabricante ou homologada por ele;</p> <p>Suportar alimentação na faixa de 100 a 240 VCA / 60 Hz;</p> <p>Será fornecida com cabo de alimentação de energia elétrica com plugue no novo padrão brasileiro (norma ABNT NBR 14136).</p>
7.	TELEFONE IP TIPO 4
7.1	<p>Características do produto para o telefone IP tipo 4 <u>com gravação de modo passivo com CTL.</u></p> <p>Display:</p> <p>Tela de toque LCD retroiluminada de 7" com 800 x 640 pixels</p> <p>Brilho da tela ajustável para boa legibilidade em diferentes condições de iluminação</p> <p>LED dedicado para chamada (chamada em espera) e novas mensagens</p> <p>Toque no teclado QWERTZ</p> <p>Teclas:</p> <p>48 botões programáveis na tela, personalizáveis em 4 páginas</p> <p>30 softkeys de sistema sensíveis ao contexto programáveis em 6 páginas.</p> <p>Chaves fixas para:</p> <ul style="list-style-type: none">- Operação mãos livres/fone de ouvido com LED- Registro de chamadas- Rediscar- Botões de volume- Silenciar com LED- Manter- Desligue (adeus)- Registro de chamadas- Rediscar- Encaminhamento <p>Áudio</p> <p>Tecnologia de áudio Mitel Hi-Q com codec G.722</p> <p>Receptores e alto-falantes com tecnologia de banda larga</p> <p>Viva-voz full duplex</p> <p>Cancelamento de eco, ruído de conforto, buffer de jitter adaptável, redução de perda de pacotes, tecnologia de reconhecimento de voz (VAD)</p> <p>Possibilidade de uso de fone de ouvido RJ11/RJ45 com suporte DHSG/EHS</p> <p>Conexão de fone de ouvido via porta USB 2.0 integrada</p> <p>Conexão de fone de ouvido via Bluetooth 4.0 integrado</p> <p>Aparelho compatível com aparelhos auditivos (HAC)</p> <p>2 microfones para melhor desempenho na viva voz</p> <p>Rede</p> <p>2 portas Ethernet comutadas (LAN e PC) 10/100/1000 Mbit/s</p> <p>DHCP ou atribuição manual de endereços IP</p> <p>opções de DHCP suportadas: 2, 12, 42, 43, 60, 66, 77, 120, 132 159, 160</p> <p>SNTP para atualização de data e hora</p> <p>Qualidade de Serviço (QOS): IEE 802.a p/Q VLAN e Marcação de Prioridade, Tipo de</p>



	<p>Serviço (TOS), Ponto de Código de Serviço Diferenciado, Tradução de Endereço de Rede (NAT), STUN, TURN servidor HTTP/HTTPS integrado para administração da web e solução de problemas Instalação em massa via arquivos de configuração via TFTP, FTP, HTTP, HTTPS Suporte a servidor redundante: DNS-SRV, registrador de backup local e/ou servidor proxy suporta RealTime Control Protocol RTCP (RFC1889) suporta IEEE802.1x Suporta Link Layer Discovery Protocol (LLDP-MED)</p> <p>Segurança Faça login com senhas de usuário e administrador Criptografia de arquivos de configuração Download de configurações HTTPS e serviços de gerenciamento da web Bloqueio do telefone com PIN Autenticação SIP Digest Segurança da Camada de Transporte (TLS) Protocolo seguro em tempo real (SRTP)</p>
7.2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA
7.2.1	<p>Ser fornecida fonte de alimentação externa do próprio fabricante ou homologada por ele; Suportar alimentação na faixa de 100 a 240 VCA / 60 Hz; Ser fornecida com cabo de alimentação de energia elétrica com plugue no novo padrão brasileiro (norma ABNT NBR 14136).</p>
8.	TELEFONE IP TIPO 5
	<p>Possuir uma conta SIP, exibição de até 2 chamadas; TLS/SRTP/HTTPS para segurança avançada e proteção de privacidade; 3 vias e teclas; Deve possuir os protocolos SIP RFC3261, TCP/IP/UDP, RTP/RTCP, HTTP/HTTPS, ARP/RARP, ICMP, DNS (registro A, SRV, NAPTR), DHCP, PPPoE, SSH, TFTP, NTP, STUN, SIMPLE, LLDP-MED, LDAP, TR-069, 802.1x, TLS, SRTP, CDP/SNMP/RTCP-XR; Deverá possuir portas Ethernet de 10/100 Mbps com detecção automática e comutador duplo, PoE integrado; Deverá possuir tela Tela LCD de 132 x 48 (2.95''); Deverá possuir teclas para 2 linhas com LED em duas cores e 1 conta SIP, 3 teclas sensíveis ao contexto com programação XML, 5 teclas (navegação, menu). 13 teclas de função exclusivas para PAGING/INTERCOM (paginação/interfone), PHONE BOOK (agenda), MESSAGE (mensagens), HOME (início), HOLD (espera), RECORD (gravação), MUTE (silenciar), HEADSET (fones), TRANSFER (transferência), CONFERENCE (conferência), SEND (enviar) e REDIAL (rediscar), SPEAKERPHONE (viva-voz), VOLUME; Deverá suportar codesc G.711µ/a, G.722 (wide-band), G.723, G.726-32, G.729 A/B, iLBC, inband and out-of-band DTMF (In audio, RFC2833, SIP INFO), VAD, CNG, AEC, PLC, AJB, AGC; Deverá possuir os recursos de : espera, transferência, encaminhamento (incondicional/sem</p>



	<p>resposta/ocupado), conferência de três vias, chamada em espera para conferência/captação de chamadas, agenda para download (XML, LDAP, até 1000 itens), chamada em espera, histórico de chamadas (até 200 registros), discagem automática com aparelho ocupado, resposta automática, discagem com clique, plano de discagem flexível, uso compartilhado de recursos, toques musicais personalizados, redundância de servidores e failover;</p> <p>Possibilitar a conexão de fones com conector RJ9 (permitindo EHS com fones de ouvido);</p> <p>Deverá permitir posições em dois ângulos, suporte de parede;</p> <p>Possuir Qualidade serviço de camada 2 (802.1Q, 802.1P) e camada 3 (ToS, DiffServ, MPLS);</p> <p>Possuir controle de acesso de usuário e administrador, autenticação baseada em MD5 e MD5-sess, arquivo de configuração com criptografia AES de 256 bits, TLS, SRTP, HTTPS, controle de acesso a mídia 802.1x;</p> <p>Deverá permitir vários idiomas Inglês, alemão, italiano, francês, espanhol, português, russo, croata, chinês simplificado e tradicional, coreano, japonês e outros;</p> <p>Deverá operar em temperaturas de: 0 °C a 40°C, Armazenamento: -10 °C a 60°C, Umidade: 10% a 90% sem condensação.</p>
8.2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA
8.2.1	<p>Ser fornecida fonte de alimentação externa do próprio fabricante ou homologada por ele;</p> <p>Suportar alimentação na faixa de 100 a 240 VCA / 60 Hz;</p> <p>Será fornecida com cabo de alimentação de energia elétrica com plugue no novo padrão brasileiro (norma ABNT NBR 14136).</p>
9.	TELEFONE IP TIPO 6
9.1	<p>Possuir teclas em duas cores para 2 linhas (com 2 contas SIP);</p> <p>Possuir portas de rede Gigabit de 10/100/1000 Mbps;</p> <p>Possuir 8 ramais com BLF em duas cores;</p> <p>Possuir PoE integrado;</p> <p>Deve possuir os protocolos SIP RFC3261, TCP/IP/UDP, RTP/RTCP, HTTP/HTTPS, ARP/RARP, ICMP, DNS (registro A, SRV, NAPTR), DHCP, PPPoE, SSH, TFTP, NTP, STUN, SIMPLE, LLDP-MED, LDAP, TR069, 802.1x, TLS, SRTP, CDP/SNMP/RTCP-XR;</p> <p>Deverá possuir tela LCD de 132 x 48 (2.95'') com luz de fundo;</p> <p>Deverá possuir teclas para 2 linhas com LED em duas cores e 2 contas SIP, 3 teclas sensíveis ao contexto com programação XML, teclas programáveis para 8 ramais com BLF em duas cores, 5 teclas (navegação, menu). 13 teclas de função exclusivas para MUTE (silenciar), HEADSET (fones), TRANSFER (transferência), CONFERENCE (conferência), SEND (enviar) e REDIAL (rediscar), SPEAKERPHONE (viva-voz), VOLUME, PHONE</p>

	<p>BOOK (agenda), MESSAGE (mensagem), HOLD (espera), PAGE/INTERCOM (paginação/interfone), RECORD (gravar), HOME (início);</p> <p>Deverá suportar codesc G.711μ/a, G.722 (banda larga), G.723, G.726-32, G.729 A/B, iLBC, DTMF em banda e fora de banda (em áudio, RFC2833, SIP INFO), VAD, CNG, AEC, PLC, AJB, AGC;</p> <p>Deverá possuir os recursos de : Espera, transferência, encaminhamento (incondicional/sem resposta/ocupado), conferência de três vias, chamada em espera para conferência/captação de chamadas, exibição de chamadas compartilhadas (SCAm shared call appearance)/exibição de linhas transferidas (BLA, bridged line appearance), agenda para download (XML, LDAP, até 1000 itens), chamada em espera, histórico de chamadas (até 200 registros), discagem automática com aparelho ocupado, resposta automática, discagem com clique, plano de discagem flexível, uso compartilhado de recursos, toques musicais personalizados, redundância de servidores e failover;</p> <p>Deverá possuir viva-voz HD com suporte a áudio em banda larga;</p> <p>Deverá permitir posições em dois ângulos, suporte de parede;</p> <p>Possuir Qualidade serviço de camada 2 (802.1Q, 802.1P) e camada 3 (ToS, DiffServ, MPLS);</p> <p>Possuir controle de acesso de usuário e administrador, autenticação baseada em MD5 e MD5-sess, arquivo de configuração com criptografia AES de 256 bits, TLS, SRTP, HTTPS, controle de acesso a mídia 802.1x;</p> <p>Deverá permitir vários idiomas Inglês, alemão, italiano, francês, espanhol, português, russo, croata, chinês simplificado e tradicional, coreano, japonês e outros;</p> <p>Deverá operar em temperaturas de: 0 °C a 40°C, Armazenamento: -10 °C a 60°C, Umidade: 10% a 90% sem condensação</p>
9.2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA
9.2.1	<p>Ser fornecida fonte de alimentação externa do próprio fabricante ou homologada por ele;</p> <p>Suportar alimentação na faixa de 100 a 240 VCA / 60 Hz;</p> <p>Será fornecida com cabo de alimentação de energia elétrica com plugue no novo padrão brasileiro (norma ABNT NBR 14136).</p>
10.	HEADSET TIPO 1
10.1	<p>Possuir conexão RJ09;</p> <p>Possuir haste flexível e ajustável e protetores auriculares que podem ser repostos;</p> <p>Possuir estilo de uso: Estéreo Hi-Fi ou design monoauricular;</p> <p>Possuir recurso EQ dinâmico, resposta excelente de frequência do microfone 100 Hz–10 kHz para telefonia por voz de banda larga (até 6.800 Hz), saída estéreo Hi-Fi (C320) de 20 Hz a 20 kHz, processamento de sinal digital (DSP) aprimorado, microfone, cancelador de ruídos;</p>



	Possuir limitação acústica para proteção contra sons acima de 118 dB
11.	HEADSET TIPO 2
11.1	<p>Possuir controles intuitivos e em linha permitem a você atender/encerrar chamadas, interromper som e controlar o volume das chamadas via PC com facilidade;</p> <p>Possuir Conectividade USB para conectar-se diretamente ao telefone;</p> <p>Possuir microfone com cancelamento de ruído reduz o ruído de fundo;</p> <p>Possuir processamento de sinal digital (DSP) aprimorado oferece um som de voz mais natural;</p> <p>Possuir Luzes indicadoras habilmente localizadas e alertas sonoros fornecem status da chamada, da interrupção de som e do volume;</p> <p>Possuir recurso EQ dinâmico, resposta excelente de frequência do microfone 100 Hz–10 kHz para telefonia por voz de banda larga (até 6.800 Hz), saída estéreo Hi-Fi (C320) de 20 Hz a 20 kHz, processamento de sinal digital (DSP) aprimorado, microfone cancelador de ruídos;</p> <p>Possuir banda larga proporcionando maior clareza da voz, oferecendo a melhor qualidade possível de áudio no PC;</p> <p>Possuir headband de metal leve oferecendo durabilidade e ajuste personalizável e confortável com tiara em Metal;</p> <p>Possuir compatibilidade com Windows®;</p> <p>Possuir limitação acústica para proteção contra sons acima de 118 dB.</p>
12.	LICENÇA DE RAMAL IP E TERMINAIS DE TERCEIROS PARA O MXONE V7.X
12.1	<p>Licença para ramal IP código Mitel 86L00079AAA-A</p> <p>Licença para terminais de terceiros em ramal IP, código Mitel 54010094</p>
13.	LICENÇA DE TRONCO DIGITAL ISDN PARA O MXONE V7.X
13.1	<p>Licença de tronco digital ISDN código Mitel FAL1045309</p> <p>Licença de tronco digital CAS código Mitel FAL1046510</p>
14	SOFTPHONE PARA USUÁRIOS
14.1	Aplicação do tipo softphone de usuários Standard, compatível com a central de telefonia IP, modelo Mx One, versão 7x, e do mesmo fabricante da Central para até 3 dispositivos simultâneos com a instalação e suporte
14.2	A aplicação deverá permitir cada usuário standard ter um único aplicativo para voz, vídeo, mensagens, presença, audioconferência, mobilidade e colaboração em equipe, com a flexibilidade para trabalhar em qualquer lugar através de celular Smartphone, micro computador e laptop
14.3	Suporte cliente via Web, navegadores e Compartilhamento/ Visualização de Colaboração Web
14.4	Suportar consulta de lista telefônica centralizada
14.5	Suportar, no mínimo, as seguintes funções de chamada: espera (hold), transferência e rediscagem
14.6	Suportar conferência de, no mínimo, 3 (três) participantes
14.7	Possuir sinalização visual com diferenciação para chamadas internas e externas
14.8	Suportar a visualização do número do ramal, data e hora do sistema
14.9	Suportar navegação pelo histórico de chamadas atendidas, perdidas e realizadas



14.10	Ser compatível com o sistema operacional Windows 10 ou superior
14.11	Possuir interface gráfica em português do Brasil
14.12	Suportar login/logout
14.13	Suportar, no mínimo, os seguintes padrões de codificação/decodificação de áudio: G.711, G.722 e G.729a
14.14	Suportar QoS (Qualidade de Serviço)
14.15	Suportar criptografia AES 128 bits
14.16	Ter firewall de voz (SBC – Session Border Controller) built in na aplicação de softphone
14.17	Necessário 02 servidores para rodar a aplicação com as características do item 21 ou 22 deste documento.
15	SOFTWARE CONSOLE DE ATENDENTE
15.1	Aplicação do tipo softphone, para instalação em PC, com suporte às funcionalidades de uma mesa operadora
15.2	Ser compatível com o sistema operacional Windows XP ou superior
15.3	Possuir interface gráfica em português do Brasil
15.4	Suportar consulta de lista telefônica centralizada
15.5	Suportar, no mínimo, as seguintes funções de chamada: espera (hold), transferência e rediscagem
15.6	Possuir sinalização visual com diferenciação para chamadas internas e externas
15.7	Suportar a visualização do número do ramal, data e hora do sistema
15.8	Suportar navegação pelo histórico de chamadas atendidas, perdidas e realizadas
15.9	Suportar login/logout
15.10	Suportar a supervisão das chamadas
15.11	Suportar o estacionamento de chamadas em posições de estacionamento do PABX-IP
15.12	Suportar a visualização e a recuperação de chamadas estacionadas
15.13	Suportar a pesquisa de ramal, no mínimo, pelos seguintes critérios: número, setor e nome de usuário
15.14	Suportar, no mínimo, os seguintes padrões de codificação/decodificação de áudio: G.711 e G.729a
15.15	Suportar QoS (Qualidade de Serviço)
16.	LICENÇA PARA CANAIS DE GRAVAÇÃO
16.1	Gravador Full para ramais IP com Codec G711/G729A, sem encriptação, protocolo SIP standard na modalidade ativa, via dual-forking para terminais IP homologados pelo fabricante do gravador para integração CTI.
17.	LICENÇA DE SUPERVISOR PARA GRAVAÇÃO
17.1	Licença de supervisor para gestão da solução (Aplicativo Client/Server).
18.	LICENÇA DE AGENTE DE CALL CENTER MITEL
18.1	LICENÇAS DE SOFTWARE CLIENT Prover aos agentes e supervisores facilidades básicas e avançadas, como:



	<p>Número de A (número de origem da chamada); Status da chamada; Nome do grupo de serviço; Tempo de fila das chamadas; Disponibilidade do agente (livre ou ocupado); Indicador do tempo de pausa (clerical time).</p> <p>Permitir aos agentes e supervisores: Realizar chamadas; Atender/Desconectar chamadas; Estacionar/Recuperar chamadas; Redirecionar chamada para outro agente ou grupo de serviço; Conferência; Transferência; Terminar e estender o tempo de pausa (clerical time); Entrar com código de qualificação de chamada (por exemplo, tipo de dúvida ou tipo de cliente); Tornar - se indisponível para atendimento.</p>	
19.	LICENÇA DE SUPERVISOR DE CALL CENTER MITEL	
19.1	<p>LICENÇA DE SOFTWARE INFORMATION</p> <p>Permite monitoração dos agentes através do acompanhamento em tempo real das chamadas entre o agente e o cliente; Editar habilidades dos agentes; Alterar o status dos agentes (disponível, indisponível, log-in, log-off). Permite que os supervisores visualizem em tempo real as informações sobre os acessos aos serviços, grupos, agentes e/ou qualquer outra informação necessária para o acompanhamento das operações; Usuários podem optar por visualizar todos os grupos e agentes, ou limitar a informação para um específico grupo; Displays eletrônicos (de parede) de terceiros podem ser integrados e configurados para a visualização de informações em tempo real.</p>	



20	LICENÇA DE WINDOWS SERVER
20.1.1	Sistema operacional, que possibilita a conexão de ambientes na infraestrutura local. Permite a criação de ambientes de aplicativos nativos em nuvem e a modernização de aplicativos tradicionais usando contêineres e micro serviços.
21	SERVIDOR PABX IP
21.1	PLACA ASU III - Código do fabricante ROF 1376307/5 com SSD de 250GB
21.1.1	ASU-III é uma placa de servidor incorporada à Central de Telefonia IP com capacidade de processar até 15.000 terminais de usuários simultâneos e até 15 mídias gateway. Deve estar disponível com uma unidade de SSD – Solid State Disc. A ASU-III tem um processador modelo i7-4700EQ 2.4 Ghz Quad-Core com 16GB de memória.
22	ASSURANCE
	<p>Para tornar efetivo o investimento em sistemas de comunicações corporativas, estes sistemas devem acompanhar a evolução tecnológica e usufruir das inovações oferecidas pela indústria. Isto faz parte do “Custo de Propriedade” de qualquer equipamento, ou seja, o custo necessário para manter o sistema em funcionamento e sempre atualizado. Os fabricantes garantem parte desta atualização através de programas de garantias de Software, ou, utilizando o termo em inglês, SWA.</p> <p>A manutenção e atualização continuada do equipamento, garante a conservação do investimento inicial feito pelo Centro Integrado de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte e mostra-se muito mais econômica do que a aquisição de um sistema novo, pois basta a aquisição do software assurance, para garantir que o sistema esteja sempre na última versão de software, de forma a tornar o processo mais econômico e vantajoso para a Administração Pública.</p> <p>Os produtos Mitel são lançados em versões e pacotes de serviço (Services Packs). As novas versões e pacotes de serviço trazem melhorias, correção de falhas, incrementos de segurança, novas facilidades, e muito mais.</p> <p>O COP-BH, por operar em um ambiente extremamente crítico, com serviços estratégicos da PBH e, aliado ao Serviço de Atendimento Móvel - SAMU, possui um sistema de comunicação puramente IP com redundância de servidor, de modelo MX-ONE, fabricante Mitel que se encontra na versão 7.3, e para que todas as operações sejam monitoradas via software MPA, requer a aquisição de software assurance premium.</p>

23.	SERVIDOR
23.1	Placa e Microprocessador: Processador Intel® Xeon® Silver 4208 2.1G, 8C/16T ou superior
23.2	Memória 16GB (2x 8GB, 1R, x8G, RDIMM 2666MTs) ou superior;
23.3	Controladora interna PERC H330 ou superior Hardware RAID (0,1,5,10,50)
23.4	Chassi Até 8 discos de 3.5" Hot-Plug
23.5	Disco rígido de 2 x 2TB 7,2K SATA 3,5" Hot-Plug ou superior
23.6	SLOTSPCI(I/O) 1 Full Height Half Length x163 Low Profile (2 Half Height Half Length x16, 1 Half Height Half Length x8)
23.7	Placa de rede Quad Port (Onboard Broadcom 5720 Dual Port 1Gb + MezzCard Broadcom 5720 Dual Port 1Gb) ou superior
23.8	Drives DVD+/-RW
23.9	Trilhos deslizantes com braço de gerenciamento de cabos / Inclui Bezel
23.10	Capacidade inicial com duas Fontes Redundantes, Hot-Plug, (1+1), 750W
23.11	Portas USB Front: 2 USB (one USB 2.0-compliant port and one iDRAC Direct (Micro-AB USB) port)
23.12	Rear: 2 USB - Two USB 3.0-compliant port



23.13	Internal: One internal USB 3.0 port
23.14	Gerenciamento iDRAC9 Express com porta de rede dedicada
24	SISTEMA OPERACIONAL
24.1	O equipamento deverá ser fornecido com sistema operacional compatível com a solução ofertada.
24.2	O Sistema operacional deverá ser fornecido pré-instalado e configurado com todos os drivers de todos os dispositivos exigidos nesta especificação técnica, com todos os dispositivos em pleno funcionamento.



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Objeto:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva , pelo período de 36 meses, prevendo o atendimento nas condições deste documento, incluso deslocamento, ferramental e insumos necessários para a execução dos serviços.	1		
02	Valor fixo para aquisição de peças e componentes do sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações, conforme especificações constantes no Anexo II	1	N/A	R\$ 269.310,75
VALOR GLOBAL:				
..... reais e centavos.				

_____, ____ de _____ de ____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada e que no ano-calendário de realização da licitação, a licitante não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XII do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V - cujo sócio ou titular de fato ou de direito seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput*;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

XII - que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Para fins de comprovação da **exequibilidade da proposta**, DECLARO, sob as penas da lei, que:

1. O preço ofertado por esta empresa **compreende todos os custos necessários à integral execução contratual**, incluindo, mas não se limitando a:

- custos diretos e indiretos de produção e fornecimento;
- tributos incidentes;
- despesas administrativas e operacionais;
- encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- custos de embalagem, transporte e **logística de entrega dos produtos** até o local indicado pela Administração;
- margem de lucro considerada na composição do preço.

2. Declaro, ainda, que o valor proposto é **exequível e suficiente** para o cumprimento das obrigações contratuais, não havendo omissão de custos ou expectativas de reequilíbrio econômico-financeiro futuro.

3. Estou ciente de que o descumprimento das condições aqui declaradas poderá ensejar **aplicação de penalidades** e eventual responsabilização administrativa, civil e penal, conforme a legislação vigente.

Local e data

[Nome do(a) representante legal]

Cargo: _____

Licitante: _____

CNPJ: _____

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da (Razão Social do Licitante)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____(endereço completo)_____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da adjudicatária

ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA, E A
EMPRESA

.....

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de, com sede na na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Secretário(a) Municipal de nomeado(a) pelo Ato nº, de de de 20..., publicado no DOM de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, na cidade de/....., neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no procedimento nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nºs 18.096/2022 e 18.324/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), com suporte de 3º nível do fabricante Mitel, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado **até a vigência máxima de 10 anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço continuado.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.

2.1.2. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O modelo de execução, bem como as regras de gestão contratual constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras referentes à subcontratação estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1. O recebimento/medição, liquidação, prazo e forma de pagamento serão efetuados conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste poderá ser realizado por termo aditivo ou por simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As obrigações do Contratado e do Contratante estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A prática de atos ilícitos sujeita o Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Decreto nº 18.096/2021:

9.1.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega-de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

a.1. a multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

9.1.2.1. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem acima.

9.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

9.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

9.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

9.5. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando a notificação for publicada no DOM.

9.6. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

9.7. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.8.1. A multa moratória também poderá ser aplicada cumulativamente com as demais

multas previstas.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

9.9.1. A multa inadimplida poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

9.10. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

10.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

10.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

10.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

10.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.1.4. O contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

10.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio



econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Serviços de Manutenção: 2100.1100.06.122.0317.2.897.0001.339040.10.1.500.000.0000.

Aquisição de peças: 2100.1100.06.122.0317.2.897.0001.339030.37.1.500.000.0000.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. O presente contrato será garantido por meio de, no valor de R\$....., equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

14.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes,

vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, Decretos Municipais nºs 18.096/2022, 17.813/2022 e 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor

inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

16.5.1. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

16.5.2. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

16.5.3. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) correrá por conta do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS ANEXOS

18.1. Vinculam ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Licitação, a proposta da Contratada, bem como eventuais anexos dos documentos supracitados, e integram o presente instrumento o seguinte anexo:

- a) Termo de Referência.
- b) Anexo II – Especificação e Quantidade do Objeto.
- c) Anexo III - Matriz de Risco



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste contrato será o da Comarca de Belo Horizonte.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, de..... de 20.....

Secretário(a) Municipal de

Representante legal do Contratado



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

**(QUANDO DA ELABORAÇÃO DESTE CONTRATO TRANSCREVER O TERMO DE
REFERÊNCIA)**



ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO

ITEM

It.	Descrição	Valor Total
1	Prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva , pelo período de 36 meses, prevendo o atendimento nas condições deste documento, incluso deslocamento, ferramental e insumos necessários para a execução dos serviços.	R\$
2	Valor fixo para aquisição de peças e componentes do sistema de telefonia IP do Centro Integrado de Operações, conforme especificações constantes no Anexo II do TR	R\$ 269.310,75

ANEXO III
MATRIZ DE RISCOS

<u>Risco</u>	<u>Alocação da responsabilidade</u>	<u>Ações de mitigação e de contingência</u>
1. Falha Operacional Crítica no Sistema: Erro técnico, negligência na manutenção ou indisponibilidade do suporte de 3º nível (Mitel).	Contratada/Administração	Fiscalização rigorosa. Acionamento urgente da contratada; aplicação de multas; acionamento da garantia e contratação emergencial de terceiros.
2. Atraso ou Não-Execução da Manutenção Corretiva: Demora na aquisição de peças importadas ou atraso na mobilização da equipe técnica.	Contratada	Definição de prazos rigorosos no TR. Aplicação de multas e retenção de pagamento; substituição temporária do equipamento por um equivalente
3. Fornecimento de Materiais Inadequados: Falha na especificação, incompatibilidade técnica ou defeito de fabricação	Contratada/Administração	Exigência de Garantia de Fabricante; especificações técnicas detalhadas do TR. Substituição imediata dos materiais.
4. Interrupção do Serviço de Gravação de Chamadas: Falha no sistema PCS ou falta de backup/integridade dos discos.	Contratação	Realização de manutenções preventivas mensais com testes de recuperação de gravações de diferentes ciclos. Recuperação de dados via backup; acionamento do suporte especializado para reparo imediato dos alarmes de falha.
5. Descumprimento de Requisitos de Habilitação Técnica: Perda de registro no CREA ou falta de profissionais certificados durante o contrato	Administração	Exigência de comprovação de registro no CREA e atestados de capacidade técnica na fase de habilitação. Rescisão contratual por descumprimento de obrigação essencial e convocação do próximo licitante.